UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JOSÉ ROBERTO DA SILVA JÚNIOR

A DITADURA CIVIL-MILITAR NA PERIFERIA BRASILEIRA: a outra face do Estado autoritário no bairro de Nova Descoberta/Recife (1964-1975)

Recife
2025

JOSÉ ROBERTO DA SILVA JÚNIOR

A DITADURA CIVIL-MILITAR NA PERIFERIA BRASILEIRA: a outra face do Estado autoritário no bairro de Nova Descoberta/Recife (1964-1975)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em História.

Orientador (a): Juliana Alves de Andrade

Recife

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

S586d Silva Júnior, José Roberto da.
A ditadura civil-militar na periferia brasileira: a outra face do Estado autoritário no bairro de Nova Descoberta/Recife (1964-1975) / José Roberto da Silva Júnior. – Recife, 2025.
53 f.; il.

Orientador(a): Juliana Alves de Andrade.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. História - Estudo e ensino. 2. Ditadura - Recife (PE). 3. Periferias Recife (PE). I. Andrade, Juliana Alves de, orient. II. Título

CDD 909

JOSÉ ROBERTO DA SILVA JÚNIOR

A DITADURA CIVIL-MILITAR NA PERIFERIA BRASILEIRA: a outra face do Estado autoritário no bairro de Nova Descoberta/Recife (1964-1975)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em História.

Aprovado em: 17/12/2025

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Juliana Alves de Andrade (UFRPE) (Orientadora)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

_____

Profa. Dra. Lucia Falcão Barbosa (UFRPE) (Examinador Interno)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

_____

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio (UFPE) (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

Para Rosimere Maria da Silva, mulher, preta, periférica, analfabeta e diarista. Uma dentre tantas Marias deste Brasil, que merece amar e viver como outra qualquer no planeta. Esta conquista também é sua, mãe!

AGRADECIMENTOS

A hora de agradecer nunca é um momento fácil, tantos nomes, tantas pessoas, momentos. Aliás, por falar em momentos, não consigo deixar de pensar no meu primeiro dia indo para Universidade, por ocasião das regras de distanciamento sanitário, as aulas ocorriam no anfiteatro do Cegoe. Quando o professor Humberto Miranda iniciou as apresentações, compartilhei o quanto era surreal aquele momento, parecia não acreditar. Durante todo o caminho que fiz, de minha casa, Nova Descoberta, até a Ruralinda só conseguia pensar o quanto parecia fora da minha realidade estar naquele espaço, se conseguiria e seria capaz de terminar o curso.

Afinal, eu consegui. O que é engraçado, no entanto, é que aquela sensação de euforia, de deslumbramento e êxtase parece agora retornar, vendo a proximidade do término deste importante ciclo. A incredulidade, mas também a paixão pela História continuam intactas. Valho-me das palavras de Gonzaguinha ao afirmar que: "Eu apenas queria apenas que você soubesse que aquela alegria ainda está comigo e que minha ternura não ficou na estrada, não ficou no tempo presa na poeira". E, que estrada!! *"It 's Long Way*", como canta Caetano Veloso no seu álbum Transa (1972). A universidade me proporcionou muitas coisas que jamais imaginaria, a primeira e todas as vezes que saí do Estado de Pernambuco foi por alguma forma ligada a questões acadêmicas. Conheci pessoas, lugares, aprendi coisas, muitas coisas, revi opiniões, me apoderei de conceitos, fiz amizades que levarei para vida. E isto não tem preço.

Pois, como pedem as formalidades, agradeço a Deus por todas as coisas e a possibilidade de viver este inimaginável que tornou-se possível. Agradeço também a pessoa mais especial e importante da minha vida, que sem ela este trabalho e nem mesmo eu estaríamos aqui, minha mãe, dona Rosimere Maria da Silva, a quem dedico este trabalho e todos os outros que vier a escrever. Agradeço também a minha tia-avó Maria Auxiliadora Diniz (*in memorian*) que sempre acreditou em mim, vibrou com cada conquista minha, mas, infelizmente, não está neste plano para comemorarmos juntos essa conquista. A todos familiares e amigos que de alguma forma me ajudaram nessa jornada. Em especial para minha queridíssima amiga e parceira de viagens acadêmicas Evelyn Guedes e meu irmão mais velho de outra mãe, João Matheus. Juntos formamos um trio que não tenho dúvidas que irá para além dos muros da universidade, e mesmo que a distância ou a correria da rotina nos cortem o contato, carregarei vocês eternamente no meu coração. Vocês tornaram a jornada na graduação mais leve, mais divertida. Agradeço ainda ao amigo Antônio José Barreto, o grande Tonhão, um verdadeiro lorde, o cara mais inteligente em política e gente boa que tive a oportunidade de conhecer. As festas, as manifestações

políticas, as conversas no bar, aprendi muito com você, meu amigo. Aliás, e por falar em bar, não posso me furtar de agradecer a José Delleon, dono do Delleon Bar, que faz esquina com a universidade. Ideias, rascunhos, delírios, surtos (todos eles acadêmicos) surgiram lá, assim como momentos inesquecíveis compartilhados com os colegas de graduação. Não poderia deixar de agradecer ainda ao meu grande parceiro da música e da vida, meu grande amigo Roger Manoel (Manuso), obrigado por todos os conselhos, escuta e paciência, sejam minhas inquietações acadêmicas, musicais ou da vida. Estendo ainda esses agradecimentos a Clara Souza, a que não conheço há tanto tempo quanto os demais, mas o suficiente para considerá-la minha amiga, ao qual partilhamos momentos de muitas risadas que foram (e são) um ponto de fuga à caótica vida do estudante universitário.

Não tenho palavras para externar minha gratidão à Profa.Dra Juliana Andrade, minha orientadora. Foi uma honra ser orientado pela senhora, obrigado pela paciência, pelas sugestões, recomendações de leituras, sem sua capacidade intelectual na adequação das minhas ideias e empatia com árduo processo de escrita este trabalho não seria possível. Sem esquecer também das fofocas descontraídas após as aulas de Estágio Supervisionado (risos). Espero que possamos dar continuidade a essa parceria, aprendi muito com a senhora e quero continuar aprendendo.

Aproveito para agradecer à banca que compôs a defesa deste trabalho, composta pelo Prof. Dr. Pablo Porfírio (UFPE), cujo sou muito grato pela leitura atenta e cuidadosa do trabalho, assim como as sugestões de leituras e os caminhos e as possibilidades apontadas para pensar o aprofundamento do mesmo. E a Profa. Dra Lúcia Falcão (UFRPE), cuja leitura minuciosa e seus apontamentos foram de suma importância para a melhoria deste de trabalho. Além, é claro do Prof.Dr. Aurélio Britto, docente da cadeira de Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), cujo sua organização, paciência e orientações ao decorrer da disciplina tornaram tudo mais suave e simples. Muito obrigado, professores!

Por último, não sei se um dia o(a)s senhora/e(s) irão ler esta esta singela monografia, mas gostaria de deixar registrado meu agradecimento aos professores do curso de Licenciatura História da UFRPE, em especial a Profa. Dra. Mariana Dantas, Prof. Dr. Kleber Clementino, Profa. Dra. Lúcia Falcão e o Prof. Dr. Lucas Victor, espero um dia proporcionar aos meus alunos uma experiência tão boa como a que eu tive enquanto discente da(o)s senhora/e(s).

Desses vinte anos nenhum foi feito pra mim
E agora você quer que eu fique assim igual a você
É mesmo, como vou crescer se nada cresce por aqui?
Quem vai tomar conta dos doentes?
Como é que você sente quando tem chacina de adolescentes?

Em vez de luz tem tiroteio no fim do túnel
Sempre mais do mesmo
Não era isso que você queria ouvir?

Bondade sua me explicar com tanta determinação
Exatamente o que eu sinto, como eu penso e como sou
Eu realmente não sabia que eu pensava assim

Legião Urbana- Mais do Mesmo- Álbum- Que País Esse? 1987

RESUMO

O presente trabalho busca entender a atuação do Estado de exceção na periferia brasileira, especificamente na Zona Norte do Recife, no bairro de Nova Descoberta entre os anos 1964 e 1975. O bairro de Nova Descoberta e suas adjacências, corta pela avenida vereador Otacílio de Azevedo (antiga Estrada do Brejo), será palco e cenário das intervenções urbanísticas, políticas e sociais dos interventores militares, e nosso interesse é problematizar como a imprensa local irá retratar essas intervenções urbanísticas e como Estado de exceção usará desses veículos como espaço de propaganda e construção de sua autoimagem . Nesse sentido, o estudo visa lançar luz sobre a repercussão da construção de obras infraestruturais, chamando atenção para um tema pouco abordado pela historiografia da ditadura civil-militar. Para tal, como aporte metodológico valemo-nos do trabalho De Luca (2008) no que tange os periódicos, e Brasil e Nascimento (2020) no que tange às especificidades dos periódicos digitalizados da Hemeroteca Digital, recorrendo ao método onomástico preconizado por Ginzburg (1991). A partir dos periódicos e fontes complementares, essa pesquisa evidencia a construção de uma autoimagem positiva pelo Estado de Exceção através das obras e publicização delas como forma de angariar apelo popular e se aproximar das classes subalternizadas enquanto elemento de legitimação política.

Palavras-chave: História; Ditadura; Periferia; Recife; Nova Descoberta

ABSTRACT

This study seeks to understand the operation of the state of exception in the Brazilian periphery, specifically in the North Zone of Recife, in the neighborhood of Nova Descoberta between 1964 and 1975. Nova Descoberta and its surrounding areas, crossed by Councilman Otacílio de Azevedo Avenue (formerly Estrada do Brejo), served as the stage and setting for the urban, political, and social interventions carried out by the military authorities. Our aim is to examine how the local press portrayed these urban interventions and how the state of exception used these media outlets as vehicles for propaganda and for the construction of its own public image. In this sense, the study sheds light on the public impact of infrastructural projects, drawing attention to a topic rarely addressed in the historiography of the civil-military dictatorship. Methodologically, the research draws on De Luca (2008) regarding the study of periodicals, on Brasil and Nascimento (2020) concerning the specificities of digitized newspapers from the *Hemeroteca Digital*, and employs the onomastic method proposed by Ginzburg (1991). Based on periodicals and complementary sources, this research demonstrates how the state of exception crafted a positive self-image through public works and their dissemination, using them as a means to garner popular appeal and to approach subalternized classes as a strategy for political legitimation.

Keywords: History; Dictatorship; Periphery; Recife; Nova Descoberta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
JUSTIFICATIVA 14
METODOLOGIA E FONTES 16
CAPÍTULO 1: UMA BREVE APRESENTAÇÃO AO BAIRRO DE NOVA DESCOBERTA E SUA FORMAÇÃO 18
CAPÍTULO 2: A DITADURA E A PERIFERIA 23
2.1 Caminhos para pensarmos a Ditadura e a participação popular 23
2.2 Caminhos para pensarmos a periferia 26
CAPÍTULO 3: A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DO RECIFE: O CENTRO VERSUS A PERIFERIAS E A PROPAGANDA POLÍTICA DO ESTADO DE EXCEÇÃO 31
CONSIDERAÇÕES FINAIS 45
REFERÊNCIAS 48

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos nota-se uma guinada à extrema direita dentro da sociedade brasileira, movimento que pode ser lido como parte de um fenômeno global ou da experiência autoritária e violenta vivida. Esse vertiginoso avanço da extrema-direita tem chamado atenção no campo político e historiográfico. Vivenciamos o que os cientistas políticos vem chamando de crise da democracia liberal, o que vem provocando grandes reflexões e análises no campo da Ciência Política (Machado Rodrigues & Bellato, 2022) e da História. Dentre as muitas arenas de combate, no caso brasileiro, a arena histórica, onde uma das estratégias desse grupo político se dá a partir da apropriação saudosista do passado, por meio da glorificação da Ditadura cívico-militar brasileira (1964-1985), seja pela relativização e/ou suavização ou mesmo pela negação de suas práticas[1]. Neste sentido, dá-se forma ao que chama-se negacionismo histórico, com objetivos estritamente políticos (Oliveira, 2020, p.9; Oliveira, 2023, p.16; Pinha, Rangel; Perez, 2020, p. 10), ou seja, busca-se negar a história, seus consensos e métodos, neste caso em específico, às atrocidades cometidas pelo estado no contexto da Ditadura Militar.

Neste processo de radicalização do discurso político, as classes trabalhadoras e os sujeitos em situação de vulnerabilidade social, não ficaram de fora da retórica discursiva, transitando por esses grupos, sendo por muitos alvos da cooptação da retórica discursiva:

> A extrema direita cria a falsa impressão de expressar a rebeldia popular. Por conta disso, no Brasil, desde 2013, temos as demonstrações de rua como um espaço da direita e não mais da esquerda como havia sido, quase sempre, o caso. A vitória do capital desregulado se torna completa quando sua visão de mundo passa a expressar a revolta dos oprimidos que desconhecem os motivos reais de sua opressão (Souza, 2024, p.52)

A partir disso, o sociólogo brasileiro Jessé de Souza irá formular a terminologia *Pobre de Direita*, que designa o indivíduo que foi cooptado pela narrativa política da extrema-direita, onde seus anseios foram. Embora muito atrativo, o texto de Jessé de Souza, embora traga elementos interessantes para reflexão, não oferece explicações suficientes satisfatórias quando

[1] É válido também destacar o negacionismo aos malíficios da escravidão e as continuidades do racismo na sociedade brasileira. Sobre este tema, o professor da Universidade Federal (UFBA) Rodrigo Perez Oliveira faz uma excelente análise da obra O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil, do jornalista Leandro Narloch. **OLIVEIRA**, R. P. Os usos abusivos da historiografia profissional pelos negacionismos históricos no Brasil em tempos de crise democrática: o caso do "Guia politicamente incorreto da história do Brasil" . História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–27, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.2020. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/2020.

o colocamos em perspectiva histórica, além de pouca clareza metodológica. O que, afinal, o tom ensaístico de sua obra permite tal liberdade. Na verdade, a crise dos paradigmas históricas a partir dos finais dos anos 80 do século passado, atrelado aos estudos emergentes da Micro-história, da História Social, enfim, a Teoria Social e as pretensões de uma Filosofia da História já não conseguem mais dar conta das múltiplas camadas e peculiaridades do objeto, cada vez mais delimitado e espacialmente localizado. Nas palavras de minha querida orientadora: "nós, historiadores, temos como função historicizar esses fenômenos".

Visto tais considerações, neste trabalho temos por objetivo analisar o impacto da ditadura cívico-militar no bairro de Nova Descoberta, Periferia da Zona Norte do Recife, entre os anos de 1964 e 1975, observando as intervenções urbanísticas (obras públicas) e as demandas dos moradores do lugar. Para tal, usamos como corpus documentais as matérias do Jornal do Recife e do Diário de Pernambuco, disponibilizadas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, cujo as matérias abordam a construção obras públicas para melhorias na infraestrutura para a comunidade como elemento de construção de autoimagem positiva do Estado de exceção dentro da periferia recifense. Além de usarmos duas fontes complementares, uma edição específica do Diário Oficial do Poder Legislativo do Estado de Pernambuco do ano de 1973, e documentação de comunicação interna do Departamento de Segurança e Informação (DSI), ambas abordando a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação dos gastos com propaganda, tanto pela Governo do Estado, como pela Administração Municipal do Recife.

Temos como recorte espacial o Bairro de Nova Descoberta e suas adjacências por meio de uma única avenida, a Vereador Otacílio de Azevedo, antiga Estrada do Brejo. Sua extensão vai dos limites do bairro da Linha do Tiro, fazendo divisa com a Rua Uriel de Holanda, chegando ao Bairro da Guabiraba, encontrando-se com a BR-101, transpassando por um conjunto de morros e outras localidades, como Alto do Refúgio, Córrego da Bica, Brejo e diversos outros. Decreto Municipal nº 14.452, do ano de 1988.

Enquanto recorte temporal, optamos pela delimitação feita por Bernardes (2013, p.82), o período delimitado marca, para além do início da ditadura civil-militar, trata-se do início da primeira gestão na Prefeitura do Recife do paraibano Augusto Lucena (1964-1969), vice-prefeito Pelópidas Silveira, deposto por ocasião do golpe de 1964. importante figura política na capital e no Estado de Pernambuco. Elege-se como fim do nosso recorte o ano de 1975, por ocasião do fim do mandato do Prefeito Augusto Lucena.

Metodologicamente este trabalho está ancorado no método onomástico, a partir das proposições de Ginzburg (1991). Assim, usamos como palavras chaves os seguintes nomes: "Estrada do Brejo". que equivale a atual Avenida Vereador Otacílio de Azevedo. "Nova

Descoberta". Neste aspecto, usamos como fonte principal os periódicos do Jornal Diário do Comércio e do Jornal Diário da Manhã disponíveis na Hemeroteca Digital. Nossa pesquisa encontrou um considerável conjunto de matérias que anunciam o término de obras ou a promessa de construção de obras, quando designados os termos-chave já evidenciados.

Estruturamos na seguinte forma, no primeiro capítulo apresenta-se brevemente o Bairro de Nova Descoberta, espaço onde se dá nossas pesquisas. No contexto da ditatorial brasileiro, esta comunidade até 1988 estava inserida no Bairro de Casa Amarela, à época maior bairro do Recife, chegando a ter uma população de 500 mil habitantes (Montenegro, 1987,p.25).

No segundo capítulo, discutimos a intersecção entre periferia e ditadura. Em primeiro momento, discutimos a participação civil no golpe de 1964 e na ditadura a partir das contribuições de Aarão Reis (2004); Napolitano (2014) e Motta (2021). Trazemos ainda contribuições de Pedretti (2020) acerca da historiografia da ditadura nos últimos vinte anos e aproximação dos estudos que abordam indivíduos antes invisibilizados da História da ditadura civil-militar brasileira e os problemas do que o autor nomeia de gramática da violência política. No segundo momento, ao discutirmos a periferia, trabalhamos a partir das contribuições do sociólogo Tiaraju D'Andrea (2020) e Brum (2012), com trabalhos respectivamente se que se debruçam sobre o município de São Paulo e o Estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro). Quando nos deslocamos para dar ênfase ao Recife, valemo-nos dos trabalhos de Cavalcanti (2017); Montenegro (1994); Freire (2005); Marinho (2022; 2023); Freitas (2025), tais trabalhos versam sobre o recorte espacial delimitado Nova Descoberta (ou mesmo Casa Amarela, levando em consideração que este fez parte deste até o ano de 1988).

Por fim, em último momento, discutimos o processo de modernização na cidade do Recife e como tal processo se dá em contraposição à periferia, recaindo sobre a população periférica as difíceis condições de vida. A partir de Nascimento (2004); Bernardes (2013); Miranda (2014); Riberti, Guerellus & Porfírio (2024), interconectando ditadura e periferia. São ainda de grande relevância a papel da propaganda no Estado autoritário brasileiro, conforme nos aponta (Motta, 2021; De Luca, 2008) e as diversas formas de controle exercidas pelo Estado (Ridenti, 2014).

JUSTIFICATIVA

Particularmente, possuo uma relação pessoal profunda com esta pesquisa, enquanto homem preto e pobre nascido e criado na periferia da Zona Norte do Recife. No entanto, é importante frisar que: [...] "nós, moradoras e moradores das periferias, não somos objetos inertes de pesquisa nem informantes privilegiados. Nós somos sujeitas e sujeitos da ciência, assim como nossas sujeitas e sujeitos de pesquisa, com quem compartilhamos a posição social" (D'Andrea, 2020, p. 34). O bolsonarismo adentrou nas relações familiares e cotidiana. Não era incomum escutar na minha comunidade, seja em rodas informais de conversas ou ao me deslocar no transporte público, quando as conversas adentravam na arena política, a associação do Bolsonaro, aos seus apoiadores nesse contexto, como a figura que "salvou" o Brasil do comunismo do Partido dos Trabalhadores e do Lula, o perigo de uma suposta "ditadura comunista", embora quando questionado o que viria a ser o comunismo, as respostas eram vagas e rasas. Ou ainda mais, também não soava estranho escutar: "antigamente era melhor, não tinha violência, não tinha essa bandidagem de hoje em dia, era mais seguro", geralmente vindo de alguém mais velho, esse antigamente está, obviamente, no contexto das conversas políticas, referindo-se ao período em que os militares estavam no poder.

Aliás, recentemente, usando dessa retórica, o filho 04 do ex-presidente Jair Bolsonaro, Jair Renan, vereador pelo município Balneário Camboriú (SC), ao afirmar que entre os mais velhos ali presentes na sessão," o período militar foi a melhor época do Brasil[2]". Esta presença insidiosa me causava inquietação e estranheza, questionava-me: como em um espaço que ainda carrega os resquícios da Ditadura, por exemplo, por meio da permanência da violência policial, como pode haver discursos de apoio às ideias pregadas pelo bolsonarismo?

No entanto, por evidente, não é pretensão desta monografia afirmar que essa memória seletiva e positivada de uma parte da população seja fruto da relação desses indivíduos com Estado de exceção, aliás, como já bem alertava o historiador francês Marc Bloch (2002, pp.56-60), sobre os perigos dos ídolo das origens. Portanto, não é nesse passado que encontraremos as respostas ou a a embriogênese do pobre de direita, o que soaria, sem dúvidas, totalmente anacrônico. Porém, é possível entendermos mecanismo da relação da extrema-direita e cooptação das classes populares ao discurso desenvolvimentista-conservador e notar potenciais

[2]https://www.poder360.com.br/poder-brasil/ditadura-foi-a-melhor-epoca-para-mais-velhos-diz-jair-renan-bolsonaro/- Acesso em 21 nov 2025
:https://www.cnnbrasil.com.br/politica/que-golpe-foi-esse-questiona-jair-renan-sobre-1964-em-sessao-na-camara/ Acesso em 21 nov 2025

continuidades discursivas e mesmo na esfera política para a fabricação de legitimação e consenso, usando a propaganda como recurso político para atração das massas.

METODOLOGIA E FONTES

Metodologicamente este trabalho está ancorado no método onomástico, a partir das proposições de Ginzburg (1991). Neste sentido, a busca nominativa por palavras-chave na HDB tornou-se espaço privilegiado e central de nossas análises. No entanto, acatamos as preocupações trazidas pelos professores Eric Brasil e Leonardo Fernandes Nascimento ao afirmar acerca desta metodologia que, embora ágeis e facilitadoras do acesso apresentam desafios metodológicos cruciais, como o risco de uma leitura fragmentada e superficial, a perda do contexto de aparição dos termos e a possibilidade de erros inerentes ao processo de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) (Brasil & Nascimento, 2020, pp.212,213). Todavia, ainda segundo os autores, a própria HDB oferece subsídios para a superação desses problemas. O rigor metodológico do historiador deve se manter, exigindo-se a mesma cautela e rigor no tratamento da fonte digitalizada que se aplica à fonte física (Brasil & Nascimento, 2020). Desse modo, a análise deve ser complementada pela exploração de todo o acervo digitalizado, permitindo a leitura página por página (Brasil & Nascimento, 2020), além da busca textual. Essa abordagem permite realizar a crítica heurística da fonte digitalizada, acessando metadados e o escopo completo do acervo, confrontando-o com a bibliografia e garantindo a sua contextualização.

> A busca textual em milhões de páginas de periódicos cria o risco da leitura superficial, parcial, fragmentada. Entretanto, qualquer pesquisa sem rigor metodológico, mesmo que debruçada diante de um jornal em papel, sempre terá esse mesmo risco". (Brasil & Nascimento, 2020, p.216).

Neste aspecto, Para Maynard (2016, p.114) embora haja uma tentativa de designação do que viria a ser uma história digital, as perguntas que surgem para nós, historiadores, permanecem as mesmas: quem, o quê, onde, como e por quê? são elas que nos inquietam e movimentam nossas investigações. Neste mesmo caminho, Brasil e Nascimento (2020) ressaltam que o trabalho do historiador com arquivos digitais não difere substancialmente daquele realizado com arquivos físicos, pois ambos demandam o mesmo rigor metodológico no tratamento das fontes. No entanto, evidenciamos alerta que os autores trazem a necessidade de maior atenção e riscos de negligência metodológica devido à grande quantidade de materiais disponíveis, à rapidez das buscas, ao acesso imediato e à facilidade de armazenamento proporcionados pelos arquivos digitais.(Brasil & Nascimento, 2020, p.203).

O historiador Antonio Post, ao analisar as suspeitas e a subjetividades e parcialidade presente nos conteúdos presente nos periódicos, observa que houve uma mudança na forma de interrogar os textos, de modo que o interesse se desloca menos para o conteúdo explícito e mais para a maneira como esse conteúdo é construído, os termos empregados, os campos semânticos mobilizados e até mesmo os silêncios e interditos que os textos produzem. (Post apud De Luca, 2008). Nesse mesmo sentido, o pesquisador que trabalha com jornais precisa considerar não apenas o que se tornou notícia, mas também as razões pelas quais determinados fatos ganharam publicidade. (De Luca, 2008, p. 140). Assim, como a, a imprensa periódica seleciona, organiza e narra os acontecimentos a partir de critérios próprios, construindo determinadas versões sobre o que é apresentado ao público. Cabe ao historiador, portanto, utilizar instrumentos da análise do discurso para evitar a identificação direta entre o relato jornalístico e o acontecimento em si, já que essa relação nunca é simples nem imediata. (*ibidem*, p.139). Esta atenção foi fundamental para a ossatura deste trabalho, não nos detemos sobre o acontecimento, mas a construção discursiva do acontecimento.

Assim, usamos como palavras chaves os seguintes nomes: “Estrada do Brejo”. que equivale a atual Avenida Vereador Otacílio de Azevedo. “Nova Descoberta”. Para as nossas análises, escolhemos o Diário de Pernambuco e o Diário da Manhã, primeiramente, porque estes jornais, dos 7 disponíveis na década de 60, irão continuar continuar com publicação ativa na década de 70, junto com outros dois: O Lidador e o Jornal Jaboatão. O Lidador tem um hiato entre os anos de 1962 e 1965. Depois entre 1966 e 1972. Além de poucas aparições de matérias quando informamos as palavras-chaves. Já o jornal Jaboatão era um periódico de publicação mensal, assim como o Lidador, não encontramos resultados relevantes ao pesquisarmos os termos-chave. Em comparação aos outros jornais que englobam o recorte temporal delimitado de 1964 a 1975. Foi ainda de fundamental importância a leitura dos verbetes sobre a história de ambos jornais, disponibilizados no CPDOC da FGV (Fundação Getúlio Vargas), além da leitura integral de algumas edições, que mostram um alinhamento dos editoriais com o regime ditatorial em voga. Trazemos ainda duas fontes complementares, o Diário Oficial Legislativo do Estado de Pernambuco e um documento do Departamento de Segurança e Propaganda (DSI), que nos ajudam a compreender a dimensão da propaganda e seus gastos para a construção da imagem do Estado de exceção.

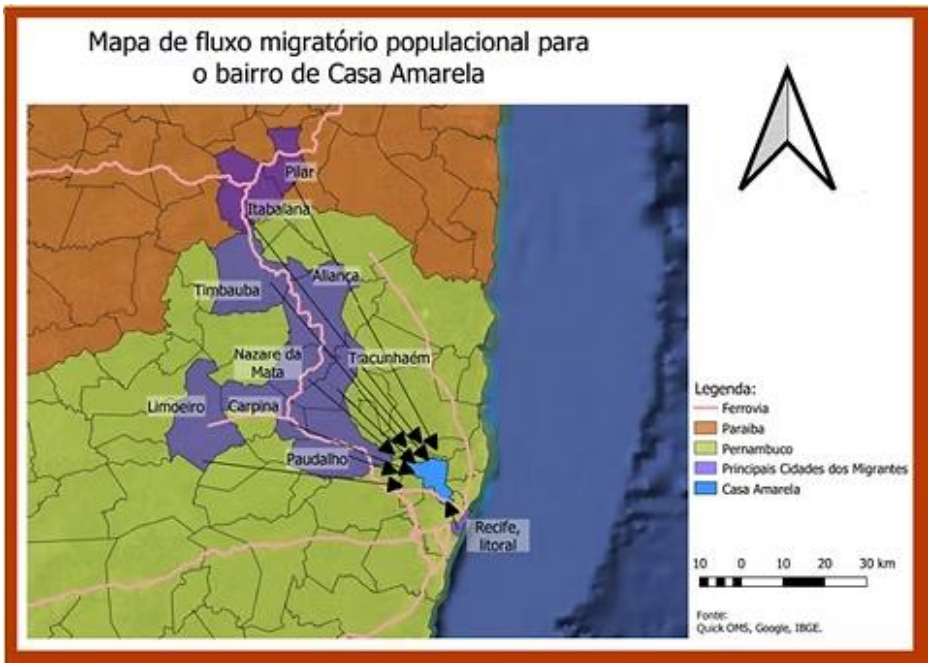
CAPÍTULO 1: UMA BREVE APRESENTAÇÃO AO BAIRRO DE NOVA DESCOBERTA E SUA FORMAÇÃO

Pertencente a Região Política Administrativa (RPA) 3, na Zona Norte da Capital pernambucana, Nova Descoberta é um dos bairros mais populosos do Recife, com cerca de 28.697, segundo os dados do censo demográfico do IBGE de 2022. Isso quando levamos em conta unicamente os limites oficiais do bairro. É muito comum, por exemplo, o bairro de Brejo de Beberibe ser designado como Nova Descoberta pelos seus habitantes, embora no logradouro leia-se Brejo de Beberibe. Possuindo uma população de 7.738 habitantes, se levarmos em consideração Nova Descoberta e Brejo de Beberibe como um elemento só, falamos de um população de 36.435 pessoas, número que ultrapassa os 32.450 moradores do atual bairro de Casa Amarela, ao qual eram integrados.

Durante muito tempo, a comunidade Nova Descoberta, assim como as demais comunidades, integravam a população do grande bairro de Casa Amarela, uma cidade dentro de uma cidade, chegando ao impressionante número de 500 mil moradores. (Montenegro, 1987,p.25). O processo de ocupação da região que hoje denomina-se Nova Descoberta, se dá entre o final dos anos 1930 e 1940, por consequência direta do processo de expulsão das populações da região central da cidade do Recife por intermédio da Liga Social Contra o Mocambo. Conforme afirma Freitas (2024)[3] Os migrantes que ocuparam os morros, altos e córregos de Casa Amarela construíram seus mocambos e estabeleceram formas de vida e expressão marcadas pela luta e resistência, já que os estigmas ligados à periferia os colocavam continuamente em disputa, sobretudo pelo direito à moradia. Como veremos mais à frente em Cavalcanti (2017), será a partir desse momento começa a ser gestado um senso de comunidade, uma idealização do que viria ser a periferia, através do processo de reconhecimento de interesses comum, um lugar comum, mas também a partilha de uma cultura e modo de viver em comum.

[3]As citações feitas a Freitas (2024) aparecem sem página, pois trata-se de uma publicação feita em uma revista digital, em que não há numeração, o artigo está disposto no próprio website, sem a disponibilização em pdf.

Mapa 1- de fluxos migratórios para Casa Amarela



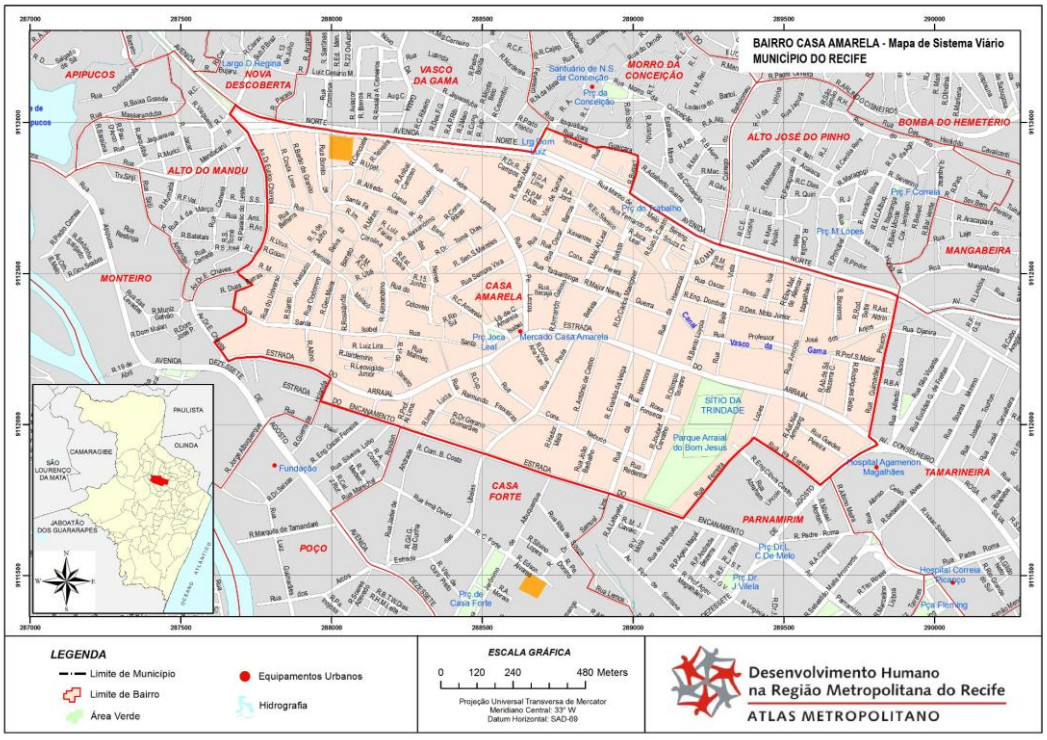
Fonte: Freitas; Santos; Neves, 2022. In Freitas, 2024.

Haverá um duplo processo de migração, que segundo Freitas (2024) irá interferir diretamente no processo de ocupação nesta região. O primeiro processo, que está evidenciado no mapa, será consequência direta do do pós-abolição, onde se há um grande movimentação de ex-escravizados, trabalhadores rurais pobres, fugindo das péssimas condições de trabalho e exploração no campo, advindos principalmente da Zona da Mata Norte, fruto dos problemas da indústria canavieira e o paulatino processo de mecanização do campo. Neste sentido, esses sujeitos se deslocam para a região central do Recife, procurando oportunidades de emprego e melhores condições de vida na região central do Recife . No entanto, os projetos higienista e de modernização, em voga desde meados do século XIX, cujo seu apogeu se dá no século XX, irão expulsar, em uma tentativa de esvaziamento e modernização do centro. É assim que se há o deslocamento para as periferias, regiões de encostas, altos, córregos e morros.

A criação desse senso de comunidade interliga-se diretamente com o aumento expressivo das associações de moradores no bairro de Casa Amarela, como veremos mais à frente. Se por um lado, o golpe de 1964 significou o fechamento dessas associações (Freitas, 2024; Marinho, 2022), esse espaço é marcado por múltiplas resistências, aliás, pode-se dizer que nestas comunidades sua própria formação constitui-se em um processo de resistência. O processo de gentrificação por meio da Liga Contra Mocambo e articulação de manutenção de

suas formas de viver e morar mesmo diante de todas adversidades, a presença de variadas células comunistas, desde a era Vargas (Cavalcanti, 2017, pp;43,44), o movimento Terras De Ninguém (1975), pela regularização fundiária de moradias e obtenção de títulos de posse, "contestando as cobranças das famílias Marinho e Rosa Borges, que exigiam o pagamento mensal de um foro pelo terreno". (Freitas, 2024). A presença das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) sob a liderança do arcebispo de Olinda e Recife Dom Helder Câmara. Enfim, a História de Casa Amarela é sinônimo de resistência. Aliás, quando dito Casa Amarela, leia-se Nova Descoberta, Vasco da Gama, Brejo de Beberibe, todos córregos, altos e morros que o compõem, ou melhor dizendo, o compuseram, até a fragmentação em diversos bairros por Decreto Municipal nº 14.452, do ano de 1988. O historiador Antônio Montenegro vê neste projeto de divisão uma estratégia para fragmentar a força de representação coletiva que os moradores possuíam. (Montenegro apud Freitas, 2024).

Mapa 2- Divisão político-administrativa atual do Bairro de Casa Amarela



Fonte: https://www2.recife.pe.gov.br/servico/casa-amarela?op=NzQ0MQ==

Dessa fragmentação restou, no entanto, a luta dos moradores por uma preservação, o processo de gentrificação e de assédio da especulação imobiliária sobre o solo de Casa Amarela transformou seus altos, morros e córregos em uma parte alheia, que tenta desconectar a história de luta desse bairro e de seus moradores. A Feaca (Federação das Associações de Casa Amarela), que segundo Freitas (2024), no ano de 1987[4] contava com 23 associações e conselho de moradores. De fundamental importância para preservação da memória do bairro e sua ligação com as comunidades adjacentes e pleitear demandas para melhorias na comunidade, como creches, escolas, infraestrutura e afins. Em parceria com essa instituição, no final dos anos de 1980, início dos 1990, temos o importante trabalho do professor Antonio Torres Montenegro nessa comunidade, em diálogo com o Projeto institucional da Prefeitura do Recife "História em Movimento", que cria o Departamento de Memória na Feaca, gerido pelos próprios moradores (Montenegro, 1991, p.26). Destaca-se ainda o Coletivo Casa Amarela é O Bairro, que atualmente encontra-se sobre a gestão da Historiadora e arqueóloga Pollyana Calado Freitas. Neste sentido, vale a citação a intelectual, cuja a mesma afirma:

> Casa Amarela tem seus donos: é o morro que desce até a maternidade Barros Lima, alcança o pátio da feira, atravessa as lojas de eletrodomésticos, onde se compra em doze parcelas, mesmo que isso represente um grande sacrifício, e enfrenta as longas filas dos bancos. É ali que as pessoas lutam para viver e ser enterradas. (Freitas, 2024).

Ademais, vale ainda destacar a resiliência dessa população, marcada pelo suor da labuta, pelas condições adversas, mas que segue em frente. Conforme a afirmação do professor

[4] Anterior a fragmentação. Carece de dados mais atualizados.

Antonio Torres Montenegro, ainda nos anos 1990, que sintetiza a experiência desses sujeitos que ocupam as periferias do Recife, quando assinala que:

> As populações pobres, que vivem na periferia das cidades, numa luta diária contra a falta de tudo, constroem representações, instituem imaginário, perpassado também por essas experiências cotidianas. Nesse embate, marcado pela ameaça, pela incerteza de ter alimento, essa população constrói um saber que lhe possibilita viver o avesso da vida, a qual, inconscientemente, se quer diferente. (Montenegro, 1991, p.36).

É essa população calejada, ademais, que forma a grande massa que hoje ocupa o que outrora foi Casa Amarela, leia-se por isso sua composição anterior à 1988, os morros, córregos e altos que os margeiam, incluindo, portanto, o bairro de Nova Descoberta. Aliás, importante notar que, passados trinta anos dessa afirmação, não podemos dizer até que ponto esse desejo por melhores condições de vida seja tão inconsciente assim. E mais importante ainda é observar que, as mazelas, antes uma realidade de toda Casa Amarela, fragmenta-se junto como o decreto municipal de 1988, incidindo sobre as regiões mais vulneráveis o peso da desigualdade, essa "falta de tudo", conforme podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1[5]- Comparação entre o atual bairro de Casa Amarela e duas regiões que antes pertencia ao Bairro (Censo IBGE 2010)[6]

Bairros	Etnia predominante	Taxa de alfabetização- população acima de 10 anos	Valor de Rendimento Nominal Médio Mensal dos Domicílios
Nova Descoberta	Parda: 58,64%	90,20%	R$ 898,39
Brejo de Beberibe	Parda: 57,18%	88,9%.	R$ 1.058,37
Casa Amarela	Branca: 54,91%	96,50%	R$ 4.236,69

Fonte: https://www2.recife.pe.gov.br/servico/perfil-dos-bairros

[5] Tabela criada pelo próprio autor através dos dados extraídos do site: https://www2.recife.pe.gov.br/servico/perfil-dos-bairros ,pertencente a prefeitura do Recife, cuja as informações foram coletadas do Censo Demografico do IBGE de 2010).

[6] É importante lembrar que esses dados são antigos, possuindo bem mais de uma década. No censo de 2022 não conseguimos informações tão detalhadas especificamente sobre os bairros, como os disponibilizados pela Prefeitura do Recife, retirados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, no site referenciado na nota de rodapé acima.

Os dados evidenciam a disparidade entre uma Casa Amarela que se elitizou, onde os prédios residenciais se fundiram com o espaço comercial, onde habita uma população com relativo poder aquisitivo, em contraposição a uma Casa Amarela que não existe mais, ou que se há apenas os resquícios fragmentados: Nova Descoberta, Brejo do Beberibe, mas que também poderia ser Vasco da Gama, Alto Treze de Maio, Córrego do Botijão, Córrego do Euclides e ete. É esta segunda Casa Amarela que já não existe mais, ou que existe ao menos em parte, que se preocupa este trabalho, um território popular e periférico, compreendendo como Estado de exceção atuou nestas regiões mais humildes.

CAPÍTULO 2: A DITADURA E A PERIFERIA

2.1 Caminhos para pensarmos a Ditadura e a participação popular

A Ditadura cívico-militar (1964-1985) foi um dos momentos mais violentos da história recente do país. A chegada dos militares ao poder suscitou em um processo paulatino de supressão das liberdades individuais e civis. Um duro golpe à democracia, que hora ou outra parece nos atordoar. Este passado é ainda tensionado em diversos aspectos, seja no campo sócio-político político, seja no arena historiográfica. Neste momento, iremos nos atentarmos ao segundo.

O debate historiográfico permeia diversos aspectos neste interregno nefasto de nossa história, a própria nomenclatura, que vai de Ditadura Militar, Ditadura Civil-Militar[7], Ditadura Civil-Militar-Empresarial, cabendo aí determinadas variáveis, como o apoio jurídico, parlamentar, da imprensa, religioso (ao menos em primeiro momento) que daria a formação não de uma terminologia para explicar tal fenômeno, mas de quase uma frase inteira. Há uma seara profícua de discussões possíveis. A participação popular, aliás, civil ao golpe e à ditadura. Neste sentido, Aarão Reis (2004, pp.7,8) argumenta que a memória tende a substituir evidências por vontade e interesse, o que fez com que a responsabilidade pelo "fato ditatorial" fosse atribuída exclusivamente aos militares. Segundo o autor, esse processo também acabou por ocultar a participação dos civis na construção do regime, prejudicando a compreensão das complexas relações entre a sociedade e o poder ditatorial. De maneira mais ou menos semelhante, Motta (2021) destaca que é necessário reconhecer que a ditadura contou com o apoio de parte da população, inclusive em relação às medidas repressivas. Para ele, ignorar esse

[7] Existe ainda um debate sobre a melhor forma para nos referirmos à ditadura. O fato de que ela teve apoio de parte da população e entregou cargos importantes a líderes civis levou alguns autores a preferirem chamá-la de ditadura civil-militar, e não apenas ditadura militar. A mesma discussão envolve o golpe de 1964: golpe civil-militar ou apenas golpe militar? Preferimos a fórmula mais simples — golpe militar e ditadura militar —, mesmo reconhecendo que os civis tiveram participação fundamental em ambos, como está claro. Não poderia ser de outra maneira, pois qualquer regime autoritário depende do acordo entre parte das elites militares e civis. Por exemplo, na ditadura do Estado Novo (1937-45), o chefe era Getúlio Vargas, um civil, mas sem o apoio militar ele não teria se tornado ditador. Nem por isso dizemos que em 1937 surgiu uma ditadura civil-militar: o que caracterizou a ditadura de 1937 foi a chefia exercida por Vargas. Do mesmo modo, a característica essencial da ditadura de 1964 foi o governo exercido pelos generais presidentes. Os militares foram a espinha dorsal do golpe e da ditadura. Sem eles, o governo Goulart não teria caído, pois, como vimos, o presidente tinha apoio popular e a opinião pública estava dividida. Os militares resolveram o impasse, definiram a queda de Jango e instituíram uma ditadura, que foi comandada por eles do princípio ao fim. Por isso, melhor chamar o regime político instaurado em 1964 de ditadura militar, o que não implica reduzir a responsabilidade dos seus apoiadores civis.(Motta, 2021, pp.139-140).

aspecto poderia levar à impressão equivocada de que o regime foi imposto ao país por uma minoria completamente alheia ao restante da sociedade. No entanto, o mesmo autor adverte que esse debate deve ser tratado com cuidado para evitar outro erro: o de aceitar a ideia de que a ditadura teria desfrutado de amplo e duradouro apoio popular.

> [...]vale a pena enfrentar esse tema e analisá-lo com cuidado para evitar o risco oposto, que seria aceitar versões de que a ditadura dispôs de amplo e duradouro apoio popular. Além de exagerar o consenso em torno do regime militar, tais visões podem gerar outro equívoco: a tendência a minimizar as ações de oposição e de resistência (Motta, 2021, p.114)

Em síntese, pensar na participação civil nesse contexto não significa negar o caráter autoritário deste período, tampouco minimizar o papel da resistência dos variados grupos políticos. “O apoio de certos segmentos da sociedade não altera o fato de que 1964 foi um golpe nas instituições e um ato autoritário. Esse apoio apenas realça que os militares não agiram sozinhos”. (Motta, 2021, p.127). O golpe de 64 e ditadura cívico-militar brasileira representaram o desmantelamento de um projeto político nacional e popular. Conforme afirma Aarão Reis (2004, p,7) “A ditadura instaurou-se, como se disse, contra um determinado programa – nacionalista e popular”. Marcos Napolitano (2024, p.109) vai mais além ao dizer que “O golpe de 1964 não foi apenas contra um governo, mas foi contra um regime, contra uma elite em formação, contra um projeto de sociedade, ainda que este fosse politicamente vago”.

Traz-se ainda como elemento fundamental de nossas discussões provocadas pelo o historiador Lucas Pedretti (2020), que faz um excelente trabalho ao analisar as vertente historiográficas predominantes no momento de aniversário do golpe de 64 que, como bem notado por Riberti, Guerellus & Porfírio (2024, p.2) o processo de descomemoração desse evento, ocorridos entre 2004 e 2014, destacando-se a rememoração da resistência, da luta e da história de grupos e perseguidos políticos. A grosso modo, o artigo irá se concentrar em três momentos, o quadragésimo aniversário (2004), marcado pela crítica à forte presença memorialística na historiografia e seus problemas, tendo como principal expoente Daniel Aarão Reis Filho. O quinquagésimo aniversário (2014), a memória aparece como elemento de disputa e tensão narrativa sobre o passado, em síntese, trata-se das vítimas da violência e dos perpetradores da violência, essas duas categorias estão muito bem delimitadas. Um dos nomes que se destacam nesse momento é do professor Marcos Napolitano. Por fim, o que mais nos interessa é o terceiro momento, por ocasião do sexagésimo aniversário do golpe de 64 (2024),

este momento será marcado pela aproximação com grupos marginalizados e historicamente excluídos do foco de análise da historiografia sobre a ditadura[8].

> Ao colocar em cena as violações perpetradas contra setores até então excluídos da historiografia, esses trabalhos conseguiam questionar a centralidade dada à luta armada sem incorrer no equívoco de negar a violência como chave analítica. Ou seja, eles evidenciaram que a ênfase que a historiografia e as narrativas memorialísticas davam ao problema do conflito político entre o Ditadura, memória e violência nos 60 anos do golpe regime e as esquerdas não tinha produzido como consequência um superdimensionamento da violência do Estado. Pelo contrário: a concepção restrita sobre quem haviam sido as vítimas da ditadura levava a um subdimensionamento do problema do exercício da violência estatal naquele período (Pedretti, 2020, p.10-11).

Embora reconhecendo avanços da terceira vertente ao englobar grupos marginalizados e excluídos das análises historiográficas (que é o nosso foco neste artigo), Lucas Pedretti crítica a continuidade do que ele nomeia gramática da violência política. Segundo o historiador, não se trata unicamente de aumentar o quantitativo de vítimas, mas é necessário entender os processos que tornou possível a obtenção de um determinado grupo o estatuto de vítima em detrimento de outro. Para o mesmo: "é necessário ir além e repensar a história da ditadura militar partindo da premissa de que a clivagem entre violência política e violência comum foi social e historicamente construída". (Pedretti, 2024, p.14).

Ao falar do início da atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, Pedretti destaca as críticas direcionadas à comissão pelo seu enfoque em um determinado espaço e sujeito: "Uma imagem que, em geral, remetia a jovens guerrilheiros ou integrantes do movimento estudantil, majoritariamente homens, brancos, universitários, oriundos das classes médias ou altas e dos centros urbanos do Rio de Janeiro ou São Paulo". (Pedretti, 2024, p.7).

> Quando examinamos a lista de mortos e desaparecidos pela ditadura, notamos um dado inovador na história brasileira. Via de regra, as repressões a revoltas armadas no Brasil eram ferozes com os de baixo e moderadas com os de cima. A prisão e o exílio eram reservados às lideranças rebeldes vindas da elite ou das classes médias superiores. A repressão aos grupos de oposição entre 1969 e 1974 não poupou ninguém. Um dado indicativo da composição social da guerrilha e da repressão é a formação escolar. Dos 17.420 processados pela justiça militar que compõem a base do arquivo do Projeto "Brasil Nunca Mais",58% tinham formação superior, completa ou incompleta, e 16% tinham ensino secundário. No geral, calcula-se que metade dos presos e processados era formada por estudantes universitários. A maior parte dos membros de organizações armadas tinha até 35 anos (82% da ALN, 94% da Ação

[8] Especificamente no que diz respeito à atuação do regime nas favelas e periferias, ganham destaque trabalhos como os de Marco Pestana (2022), Juliana Oakim Bandeira de Mello (2014), Mario Brum (2012), Mauro Amoroso e Rafael Soares (2014). Essas pesquisas comprovam que, atendendo a interesses da especulação imobiliária, o regime dispendeu enormes recursos para viabilizar programas de erradicação de favelas baseados na remoção forçada e violenta dos moradores. Em meio a esses processos, houve intensa perseguição e repressão a lideranças e entidades das associações de favelas. Do mesmo modo, o cotidiano desses espaços da cidade passou a ser cada vez mais controlado e reprimido, especialmente a partir do aprofundamento da autonomia, da militarização e da impunidade das forças policiais. (Pedretti, 2020, p.10).

> Popular (AP), 93% da Colina, 96% do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8), 86% do PCBR, 86% da VAR), com predominância da faixa que ia até 25 anos. (Napolitano, 2014, p.206- 207).

A citação acima do professor Marcos Napolitano deixa evidente a problemática da gramática da violência política proposta por Lucas Pedretti. "Em outras palavras, os marcadores sociais de gênero, raça, etnia, território, classe e raça importam para definir se um sujeito atingido por dada violência conseguirá ou não ser publicamente reconhecido como vítima de um ato injusto e ilegítimo". (Pedretti, 2024, p.13).

Ademais, os estudos que versam sobre a análise da ditadura cívico-militar, em grande parte, vem se dedicando ao eixo Rio-São Paulo, concentrado nesses espaços, ao modo que seus objetos, sujeitos e mesmo a produção historiográfica concentram-se no eixo sudeste do país. Em outras palavras, quando musa do Clio desloca-se ao norte, e não mais encontra-se no eixo privilegiado da produção historiográfica, não cabe mais a ela o título de História da Ditadura Militar, mas, sim, A História da Ditadura Militar em Pernambuco, na Paraíba, no Pará, ou seja lá em qual estado esta produção esteja. Além do mais, quando se desloca para a região Nordeste se há espaços privilegiados em detrimento de outros, geralmente os grandes centros urbanos e sua região central[9].

2.2 Caminhos para pensarmos a periferia

Se temos como delimitação espacial a periferia, faz-se necessário, portanto, defini-la, e mais do que isso, definir atuação do estado de exceção nesse espaço. Segundo o sociólogo Tiarajú D'Andrea (2020, p.20) o termo periferia deriva dos debates econômicos entre 1950 e 1960 que discutiam as relações países da periferia do capitalismo e as economias centrais. Tais debates resultaram em vários estudos que analisaram os efeitos das cidades latino-americanas que passavam por um processo de explosão demográfica.

Ademais, tal conceito, para o autor, irá passar por um processo de transformação, que começa na dimensão acadêmica, mas que será paulatinamente abandonada, quando os sujeitos deste espaço se apropriarem desse conceito como forma de reivindicação política[10]. É

---

[9]Neste sentido, o professor José Adilson Filho, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vem desenvolvendo um excelente trabalho ao analisar o impacto da Ditadura Civil-Militar nas cidades interioranas da Paraíba. O modus operandi dos profissionais que se autorizam a escutar as sonoridades espaciotemporais das pequenas e microcidades – ou mesmo das **periferias, enclaves e baixadas dos grandes centros urbanos** – não pode prescindir da compreensão dessa triangulação que existe na feitura da narrativa histórica que se desenvolve entre o eu e o outro de dois. (Filho, 2025, p. 18)- Grifos nossos.

[10] Também teve início na academia uma tendência de abandonar o termo periferia, relativizando seu poder explicativo. Segundo o antropólogo José Magnani, "quando a periferia já não valia sociologicamente, ela foi utilizada de maneira política pelos nativos". (D'Andrea, 2020, p.22).

importante lembrar que, as análises de Tiaraju D'Andrea estão referindo-se especificamente à região metropolitana do município de São Paulo, ao falar do emergir da periferia como "conceito guarda-chuva" nos anos de 1990, pois é necessário levar em conta "experiências individuais e coletivas internas, às vezes díspares, às vezes comuns. Por isso é muito difícil afirmar a existência de uma única identidade periférica" (D'Andrea, 2020, p.26). Embora em uma temporalidade e espacialidade muito bem delimitada, o município de São Paulo, essa complexidade e multiplicidade parece-nos, em algum grau, nos falar sobre a realidade recifense, com suas devidas ressalvas e peculiaridades.

Nos delimitando as peculiaridades da cidade do Recife, onde se debruça nosso artigo, o processo de formação desse espaço periférico é temporalmente mais recuado. Segundo Geane Cavalcanti (2017), o processo de construção dessa identidade se dá através da expulsão dos moradores da região central da cidade do Recife por meio da Liga Social Contra os Mocambos: "Dessa forma, o mocambo saiu da lama e foi para o morro, sem que tenha havido uma mudança social" (Cavalcanti, 2017, p. 38). O pós-abolição e os problemas enfrentados pelos trabalhadores do campo provocaram um fluxo em massa dessa população para a Região Metropolitana do Recife em busca de melhores condições de vida.

A partir da década de 1940, com o processo de remoção dos mocambos das regiões centrais do Recife e seus deslocamentos para os morros, será o período de construção de um senso de comunidade. "Por habitarem regiões mais afastadas e compartilharem os mesmo problemas, percebeu-se o surgimento de uma identidade comum entre as pessoas, além de laços de solidariedade e união". (Cavalcanti, 2017, p. 40). Será a partir desta identidade comum e sentimento comunitário que surgirá, ainda segundo a autora, boa parte dos bairros periféricos do Recife, através do entrelaçamento de interesses em comum desses indivíduos (Cavalcanti, 2017, p. 42).

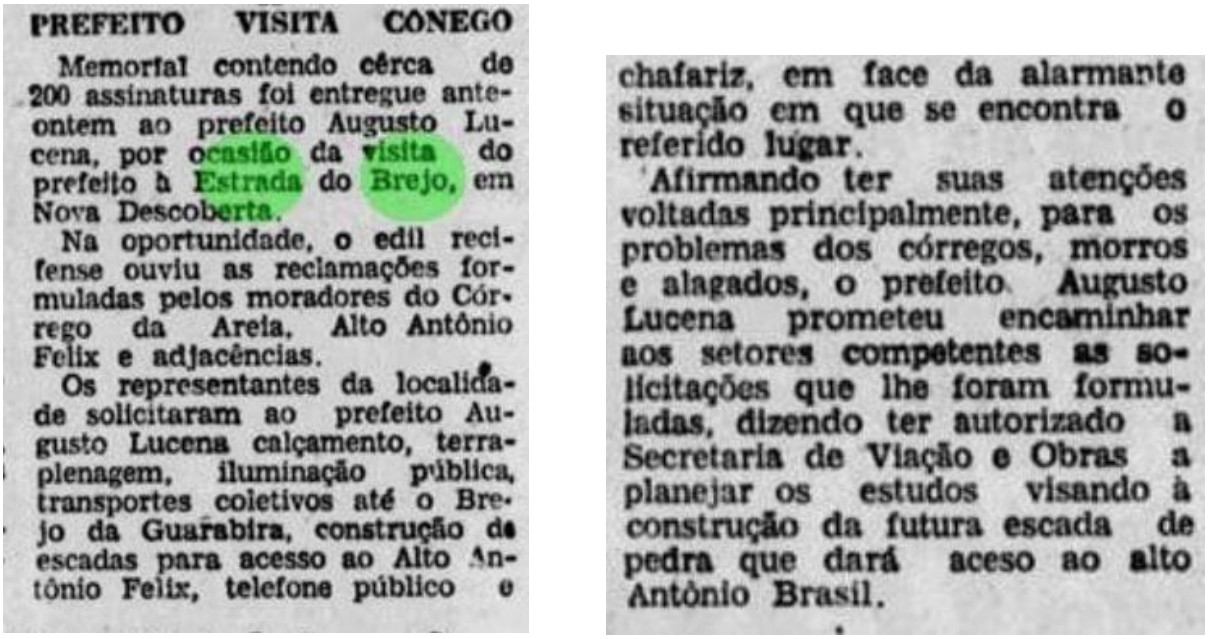
É a partir desse movimento que haverá um boom das Associações de Bairro, para a autora, entre 1945 e 1964, o emergir desses movimentos é fruto dos ares democráticos em que vivia o país naquele momento. Embora, mesmo durante esse período, haja forte esquema de vigilância dos agentes do DOPS sobre essas associações (Freire, 2002 apud Freire, 2005, p.4). O golpe de 1964 e a experiência da ditadura significaram o desmonte dessa via de participação popular. Ao analisar as favelas do Estado da Guanabara (Rio de Janeiro) e o processo de remoção da população favelada dessas áreas, Brum (2012) nota que a estratégia do Estado encontra maior facilidade acentuação no período ditatorial brasileiro, visto o esvaziamento das

vias democráticas de participação (p. 360-361). Esse esvaziamento da potencialidade de participação popular haverá seu análogo também na região periférica do Recife.

> Esse processo de intensa participação foi interrompido com o golpe de 1964, que reprimiu todas as formas de participação popular, interrompendo radicalmente o processo democrático que vinha se desenvolvendo no país, aniquilando todos os canais de comunicação entre a população periférica e os poderes públicos. O não atendimento das necessidades sociais elementares, associado ao impedimento do livre exercício dos direitos políticos, tornou mais precária a cidadania no Brasil (Freire, 2005, p.5-6).

Com o desfecho do golpe de 1964, muitas associações de bairro foram fechadas sob acusação de serem subversivas, segundo Marinho (2022, p.5), sobreviveram apenas as associações que apoiavam ou concordavam com o regime. No entanto, pensamos que essa dinâmica torna-se ainda mais complexa e menos linear ou dicotômica entre apoio e concordância versus resistência e discordância, esses atores sociais, dentro desse contexto, precisavam de uma maior versatilidade e maleabilidade política para lograr êxito em suas demandas e reivindicações, visto que "os poderes públicos são, para estas associações, ao mesmo tempo o principal interlocutor e adversário, pois são eles os responsáveis pelo atendimento de suas reivindicações" (Freire, 2005, p.3). Conforme é possível na matéria abaixo data do ano de 1965, de certa forma, ainda havia um canal, mesmo que estritamente controlado de reivindicação.

Imagem 1- Trechos do jornal o Diário de Pernambuco do dia 12/04/1965



PREFEITO VISITA CONEGO

Memorial contendo cêrca de 200 assinaturas foi entregue anteontem ao prefeito Augusto Lucena, por ocasião da visita do prefeito à Estrada do Brejo, em Nova Descoberta.

Na oportunidade, o edil recifense ouviu as reclamações formuladas pelos moradores do Córrego da Areia, Alto Antônio Felix e adjacências.

Os representantes da localidade solicitaram ao prefeito Augusto Lucena calçamento, terraplenagem, iluminação pública, transportes coletivos até o Brejo da Guarabira, construção de escadas para acesso ao Alto Antônio Felix, telefone público e chafariz, em face da alarmante situação em que se encontra o referido lugar.

Afirmando ter suas atenções voltadas principalmente, para os problemas dos córregos, morros e alagados, o prefeito Augusto Lucena prometeu encaminhar aos setores competentes as solicitações que lhe foram formuladas, dizendo ter autorizado a Secretaria de Viação e Obras a planejar os estudos visando à construção da futura escada de pedra que dará aceso ao alto Antônio Brasil.

Fonte: Diário de Pernambuco. Edição 00084. 13 de abril de 1965. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=35448

A partir da segunda metade dos anos 1970 haverá um ressurgimento de movimentos sociais, buscando expressão na vida política e organizando-se por meio de associações de bairro, favelas, dona de casa, pessoas negras e mulheres contra a carestia, reivindicando mais creches, moradias e etc. (Ridenti, 2004, p. 23,24). Esse fenômeno, pode ser observado "Em Nova Descoberta, é possível observar, a partir dos Diários Oficiais disponibilizados pela CEPE, a formação e reorganização de clubes de mães, mulheres e de conselhos de moradores, que tinha por objetivo a busca por soluções para os problemas enfrentados pela comunidade" (Marinho, 2023, p.37).

> A experiência ditatorial no Brasil não está encaixotada entre 1964 e 1985. Não é preciso que ela seja desenterrada pelo presidente, nem mesmo pelos historiadores e historiadoras. Isto porque a experiência do golpe e da ditadura não são eventos possíveis de superação completa, como vimos anteriormente. Eles se deslocam, portanto, seguem funcionando. Um dos exemplos é o persistente legado de autoritarismo e golpismo oriundo das décadas passadas e que, atualmente, tem sido reciclado e reutilizado por determinados setores. (Riberti, Guerellus & Porfírio, 2024, p.2)

Neste aspecto, Daniel Aarão Reis (2014) vai notar a cultura política nacional estatista, que emerge como a ditadura varguista, como um autoritarismo transversal e, neste sentido, transtemporal. O Estado brasileiro carrega essa marca autoritária. Em outras palavras, embora introduzido outros elementos por advento do golpe de 64, se há também continuidades na cultura política nacional, notadamente marcada pelo viés autoritário.

Para além desses vai e vem democrático, no entanto, parece que na periferia o Estado de exceção tem uma atuação contínua, permeada por estigmas raciais e sociais. Em sentido mais ou menos análogo, ao analisar o longa metragem Democracídio (2014), produzido por um

coletivo cultural da cidade de São Paulo, Neves de Andrade (2020) dialoga com Walter Benjamin e suas Teses sobre o Conceito de História. Destacamos o diálogo com a oitava tese:

> A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no séculos XX "ainda" sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (Benjamin, 1985, p.226).

Neste sentido, dentro das regiões periféricas, o Estado de exceção torna-se a regra:

> Nos termos de Benjamin, para o historiador progressista, que vê a história como uma evolução ininterrupta da humanidade, existe um assombro de como em pleno século XXI ainda estão vivas as ideias de extrema direita, a ameaça de golpe militar e a higienização social. Ludibriado com a frágil democracia da nova república, esse historiador não percebeu que o estado de exceção nunca deixou de existir, que os mortos do passado ditatorial não foram vingados e redimidos. Para o cineasta periférico, "materialista e benjaminiano", não há assombro, mas a constatação do que ele já alertava (Neves de Andrade, 2023, p.56).

Isto, aliás, nos aponta alguns caminhos para refletirmos sobre a experiência dos indivíduos periféricos com Estado autoritário (1964-1985), porque muitas vezes muitos desses sujeitos, dentro desse contexto, afirmam não terem notado nenhuma diferença ou mudança brusca no seu cotidiano, ou até mesmo observado como uma época "mais segura". É interessante notar, aliás, ao menos conjecturar que essa naturalização da violência atravessa diversas camadas, onde a atuação das forças de coerção estatal contra esses espaços e indivíduos se naturalizam, de modo a não ser possível mais enxergar a zona limítrofe entre ditadura e democracia. Neste sentido, conforme aponta a jurista Thula Pires, costuma-se dar maior visibilidade às arbitrariedades do Estado sobre corpos negros em contextos democráticos ou em períodos de garantia formal de direitos fundamentais, enquanto os impactos dessas violências em regimes ditatoriais e totalitários acabam sendo ocultados por outras formas de violência promovidas por esses regimes, por se tratar de uma violência estrutural, que permanece e se ressignifica até os dias atuais, essa problemática tende a não ser compreendida como algo específico da Ditadura. (Pires, 2015, p.16 apud Pedretti, 2024, p.11). Assim, retornamos ao que propõe Lucas Pedretti e seu conceito de gramática da violência política, na medida que "torna-se explícito o nó da questão. De um lado, as formas de violência que são estruturais não

são historicamente nomeadas como políticas, dado que se tornam naturalizadas". (Pedretti, 2024, p.12).

Por isso, em última instância, entender a violência perpetrada contra esses sujeitos e espaços como um *continuum* na história torna-se central para compreendermos essa outra face da Ditadura Militar dentro das periferias.

CAPÍTULO 3: A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DO RECIFE: O CENTRO VERSUS A PERIFERIAS E A PROPAGANDA POLÍTICA DO ESTADO DE EXCEÇÃO

O projeto desenvolvimentista da ditadura militar estará galgado no que costumou-se chamar pelos historiadores de modernização conservadora. Na síntese do historiador Rodrigo Patto Sá Motta:

> [...] O conceito de modernização conservadora pode servir como síntese dos paradoxos e contradições do regime militar. O grande paradoxo da ditadura era expressar, simultaneamente, impulsos conservadores e modernizadores que, por vezes, geraram ações contraditórias. O desejo modernizador implicava desenvolvimento econômico e tecnológico e, portanto, aumento dos contatos com o exterior e da mobilidade das pessoas, além de expansão industrial e mecanização agrícola. Com isso, levava-se ao aumento da urbanização e do operariado fabril, gerando potenciais tensões e instabilidade nas relações sociais e de trabalho. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, o que insuflavam o combate às utopias revolucionárias e outras formas de subversão e "desvio", aí incluídos questionamentos à moral e aos comportamentos convencionais (Motta, 2014, p.30).

No entanto, este processo de modernização e desenvolvimento econômico está alicerçado em uma antítese, recaindo o ônus sobre a classe trabalhadora, pobre e subalternizada. Na cidade do Recife, Segundo o historiador Luiz Manoel do Nascimento (2004) "Em contrapartida, a modernização do espaço urbano recifense não beneficiou toda população, havia o seu reverso" (Nascimento, 2004, p. 28). E acrescenta posteriormente: Na esteira da modernização, havia o seu reverso: a delapidação e exaustão das classes subalternas da cidade (Ibidem, p.30). Ainda segundo o mesmo, o processo de burocratização e tecnocratização da administração aliada à autoridade patronal causou uma maior dependência das classes subalternizadas aos detentores do poder político estatal. Para exemplificar, o autor trará a dificuldade de moradores e líderes comunitários de favelas e loteamentos clandestinos por simplórios benefícios como mero postes de iluminação para ruas escuras (Nascimento, 2004, p. 31-32)

Dialogando com essas dificuldades, trazemos a dissertação de mestrado Caroliny dos Santos Marinho (2023) que irá analisar o papel do grupo Mulher Maravilha como foco de resistência à ditadura na comunidade/bairro de Nova Descoberta, com ênfase no período da redemocratização. Usando como metodologia a História Oral, a supracitada autora irá entrevistar as mulheres ativistas do referido grupo. Chama a atenção o relato de Dona Ilza

(p.41), entrevista realizada em 21/07/2022, ao abordar as difíceis condições de vida na comunidade do Bairro de Nova Descoberta.

> Foram muitos anos que eu morei em Nova Descoberta, **tudo era difícil**, tudo era difícil, **os mercados pra gente comprar as coisas era tudo longe**… os alimentos. **O problema da água, a gente carregava água subindo ladeira**s e descendo ladeiras na cabeça porque não tinha água. **Na minha rua mesmo, eu fiz uma confusão tão grande pra ter água e energia** porque nós não tinha energia e eu ia pra CELPE pedir energia, chegava lá eu me fingia que desmaiava, eu chorava, eu caia…meus filhos estudando. **Nessa época meu filho já tava passando pra ir estudar em colégio já fora do... daqui de Nova Descoberta, do bairro e ia pra cidade e precisava de roupas que naquela época era tudo muito bem engomado.** [...] E aí eu não tinha como passar ferro naquela roupa e o colégio só exigia os meninos bem engomados, bem arrumados. **E eu sofri muito e eu consegui, com as lágrimas caindo consegui energia** (ILZA, entrevista realizada em 21/07/2022).

Em sua célebre obra História Oral e Memória: a cultura popular revisitada, o professor Antônio Torres Montenegro (1994), em determinado momento da obra, ao entrevistar Dona Maria Gilda, traz uma excelente reflexão sobre a linguagem como instrumento de poder, em um espaço onde a negação à educação escolar é usado como arma política de manutenção das desigualdades, o domínio desse mecanismo faz-se fundamental na conquista de direitos. "A igreja, as associações de moradores, os clubes de mães, os sindicatos, os clubes recreativos são os locais onde lentamente, a população vai se treinando a arte da fala". (Montenegro, 1994, p.36). Visto o processo de burocratização e tecnocratização como marca do Estado Ditatorial, essa "arte da fala", conforme põe o autor, faz-se de suma importância.

Note-se, ademais, que tal relato vai de encontro com afirmação acima trazida do professor Luiz Manoel Nascimento. A situação de dificuldades é recorrente na comunidade de Nova Descoberta e regiões próximas (à época ainda denominadas Casa Amarela). E espelha um pouco da difícil situação de vida enfrentada pelos moradores. Não obstante, imagem essa que também conseguimos obter por meio da consulta aos periódicos disponibilizados na Hemeroteca Digital entre os anos de 1964 e 1975.

Imagem 2- jornal Diário da Manhã

Edito

Aviso Ao Depertamento De Saúde Pública:

Canal De Nova Descoberta é Um Perigo à Vida Humana

O canal de Nova Descoberta — um dos mais imundos do Recife — está colocando em perigo tôda a população da rua que tem êste nome e suas respectivas adjacências, motivo pelo qual alertamos o D. S. P., para que tome as providências que o caso requer.

TRANSFORMADO EM DEPÓSITOS

Conforme comunicação que nos foi efetuada pelos moradores daquela localidade e, posteriormente verificada pela reportagem do DM em CARA AMARELA, podemos constatar encontrar-se, o referido local, completamente transformado em depósitos de lixo, fezes, detritos de tôdas as espécies e animais mortos, causando deformidades das mais horripilantes aos transeuntes e, mui especialmente, as pessoas residentes naquelas imediações.

FOCO DE INSETOS

Tendo em vista o pessimo estado em que se encontra o referido canal, grande número de insetos faz-se presente ao mesmo, causando, com isto, elevado perigo à saúde das pessoas que residem naquele local. Nestas circunstâncias, apelamos para o ilustre Diretor do Departamento de Saúde Pública, a fim de conduzir a seu eficiente equipe ao local ora mencionado e tomar as providências que se fazem necessárias, colaborando, desta maneira, com a saúde humana, preservando-lhe o direito de uma existência mais longa e sadia.

Fonte: Jornal Diário da Manhã. Edição 0310. 10 de março de 1969

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093262_05&pasta=ano%20196&pesq=%2211%20de%20novembro%20de%201968%22&pagfis=1976

As condições de vida dessa população é marcada pelo abandono estatal, as obras, quando feitas, geralmente são paliativas, permeadas pela lógica da promoção da autoimagem. Se por um lado vê-se a narrativa de um Estado que precisa se afirmar enquanto modernizador, mas também como ativo às carências da população mais humilde, o relato de dona Ilza, assim como as péssimas condições do Canal de Nova Descoberta, conforme matéria do Diário da Manhã acima, enfim, essa discursiva modernizadora/modernizante vai na contramão quando observa-se a realidade da população periférica.

Note-se ainda que, dentro do processo de desenvolvimento conservador faz-se necessário por parte do Estado ditatorial brasileiro certas estratégias, aliás, certas manobras para conseguir manter sua legitimidade no poder e apoio popular. Para compreender o apoio de parte da sociedade ao Regime Militar, é preciso considerar as estratégias que o Estado utilizou para conquistar simpatizantes. Embora a ditadura detivesse o controle estatal e dispusesse de fortes mecanismos de coerção para garantir a submissão social, esse fator por si só não assegurava a dominação. Conforme o autor, qualquer governo — inclusive os mais repressivos — necessita combinar coerção e consenso para se manter no poder. (Motta, 2021, p.115). É neste mesmo caminho que o historiador Marcelo Ridenti abordará a complexidade da relação entre colaborar e resistir, no contexto ditatorial brasileiro, a linha divisória é tênue. Em diálogo com o conceito weberiano de legitimidade e a formulação gramsciana de política como síntese da força e do convencimento, ele afirma:

> A relação entre dominantes e dominados, mesmo em regimes autoritários, deve ser compreendida não só com base no confronto, mas também na negociação, ou ao menos em concessões aos adversários, sem as quais não se constrói uma base de legitimidade. Negociar e conceder implicam reconhecimento do outro, levando em conta a oposição, que assim precisa ser entendida em seu encadeamento com a situação. Em suma, as oposições e a ditadura na sociedade brasileira devem ser

> compreendidas de modo relacional, envolvendo zonas intermediárias entre colaborar e resistir (Ridenti, 2004, p.18).

Com o desmantelamento da participação popular, o professor Denis Bernardes (2013, p.83) irá afirmar que " o poder municipal buscou legitimidade através dos mecanismos do tipo assistencial/clientelista, que são reforçados e envolvem vários segmentos sociais!". Neste mesmo caminho, em sua tese de doutorado, o historiador Luís Manoel Domingues do Nascimento ao abordar o processo de modernização na cidade do Recife nos idos dos anos 1960 e 1970 trará a figura do então prefeito Augusto Lucena, figura essa que ficará lembrada pelo seu processo de modernização nas regiões centrais do Recife, principalmente na ampliação da Avenida Dantas Barreto e a demolição da Igreja dos Martírios, episódio que ficou conhecido por Batalha dos Martírios (Bernardes, 2013, p.96; Nascimento, 2004,p.102). Mas que, no entanto, também construía toda uma retórica persuasiva junto às classes populares; "Há uma verdadeira febre de obras, algumas no centro tradicional do Recife, outras contemplando alguns subúrbios, como a construção de escadarias" (Bernardes, 2013, p.96).

> **MAIS ESCADAS DE ACESSO AOS MORROS**
>
> Mais seis escadas de acesso aos morros serão construídas, com uma despesa superior a 120 milhões de cruzeiros; em Nova Descoberta, Beberibe, Casa Amarela e na Zona de Tejipió.
>
> Jornal Diário da Manhã. Edição 0404. 04 de abril de 1966https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093262_05&pasta=ano%20196&pesq=%2211%20de%20novembro%20de%201968%22&pagfis=630

Segundo Bernardes (2013) e Nascimento (2004), serão nas gestões de Augusto Lucena (duas gestões) e Geraldo Magalhães que teremos esse boom de obras e investimento maciço em propaganda:

> Dentro do período 1964/85, dois subperíodos podem ser identificados, guardam características próprias e envolvem diferentes administrações. O pr imeiro vai de 1964 a 1975 e o segundo de 1975 a 1985. O primeiro está marcado pela administração Augusto Lucena – 1964-1969, pela administração Geraldo de Magalhães Melo – 1969/1971 e pela segunda administração Augusto Lucena – 1971/1975. Este primeiro período apresenta, do ponto de vista político, a implantação de um gradativo controle autoritário sobre as formas de representação político-social da cidade e reflete, evidentemente, a situação geral do país. (Bernardes, 2013, p. 82)

Embora Nascimento (2004, p.162-164) aborda o papel da publicidade na gestão do prefeito do Recife Geraldo Magalhães, teremos ênfase a segunda gestão do prefeito Augusto Lucena, por ocasião durante seu governo haver a abertura da Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) nº 903, que veremos mais à frente.

Aliás, cremos que cabe um parágrafo à parte para falarmos um pouco sobre a excêntrica figura do Augusto Lucena[11]. Paraibano da cidade Guarabira, nascido em 14 de fevereiro de 1916, fez toda sua carreira em Pernambuco, onde se mudou em 1937, aos 21 anos. No ano de 1944 foi diplomado em direito pela Faculdade de Direito do Recife. Atuou em cargos administrativos nas gestões de Barbosa Lima (1948-1951), Agamenon Magalhães (1951-1952) e Etelvino Lins de Albuquerque (1952-1955). No ano de 1955 pleiteia uma vaga na Assembleia Legislativa de Pernambuco, sendo eleito e posteriormente reeleito nas eleições 1958 e 1962. No ano de 1963 irá disputar à vaga de vice-prefeito da cidade do Recife, sendo eleito com 83.267 votos (44% dos votos válidos). Vale lembrar que à época as eleições para prefeito e vice se davam de forma distinta, então não necessariamente os dois candidatos da mesma chapa seriam eleitos, como aconteceu neste caso. Lucena irá derrotar Antônio Carlos Cintra do Amaral (PSB), vice na chapa do prefeito eleito da cidade do Recife nesta ocasião, Pelópidas Silveira, que foi eleito com 93.623 votos (49% dos votos válidos). Com o Golpe cívico-militar de 1964, por meio do Ato Institucional de 09 de abril de 1964, o prefeito eleito será cassado, Pelópidas Silveira, junto com mais cinco vereadores: Jarbas de Holanda Pereira (PTB), Felício Coelho de Medeiros (PTN), Luiz Sebastião do Rego Cavalcanti (PSB) Alfredo Francisco da Silva (PSD) e Ivan Gonçalves Cidreira (PST) e mais 34 suplentes, com Augusto Lucena tornando-se então prefeito da cidade do Recife, mantendo-se à frente da gestão da municipalidade até 1968,quando foi substituído por Geraldo Magalhães (1968-1971). No mesmo ano de 1968 se elegeu vereador pelo mesmo município do Recife, se elegende posteriormente Deputado Federal, em 1970, e renunciando em 05 de abril de 1971, quando por nomeação do então governador do Estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite (1971-1975) assume mais uma vez o cargo máximo do executivo da Prefeitura do Recife. É válido lembrar que nesse contexto, os prefeitos das metrópoles não eram escolhidos por votação popular direta, mas nomeado ao cargo pelo governador, que por sua vez era posto no cargo pelo Executivo

[11] Todas as informações abaixo acerca da biografia do Augusto Lucena foram retiradas das seguintes fontes: https://web.archive.org/web/20070930042621/http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=285&textCode=7987&date=currentDate
https://acervo.tre-pe.jus.br/uploads/r/tribunal-regional-eleitoral-de-pernambuco-2/7/0/3/7034689873ed2f9bd25f0a7123a372246c622add339c50765b187a5d3063b85d/c3f5e9d0-2726-4d59-90fc-135aeef41b0b-Relatorio_Final_das_Eleicoes_de_1963-1964-1965-1966.pdf

Federal. A essa organização política no Executivo Municipal deu-se o nome de "prefeitos biônicos". Após o fim do seu mandato na prefeitura do Recife, no ano de 1975, se elege mais uma vez deputado federal, no ano de 1978, permanecendo até 1983. Faleceu no dia 22 de outubro de 1995, na cidade do Recife, aos 79 anos.

A figura do prefeito Lucena é bem peculiar, como abordamos em algumas linhas acima, nosso personagem ficou famoso pela demolição da avenida Igreja do Martírios para ampliação da Avenida Dantas Barreto será responsável pelo boom de obras na capital pernambucana, conforme propõe o já citado trabalho do professor Denis Bernardes. Em sua supracitada tese de doutorado, Nascimento (2004) reproduz a fala da Augusto Lucena por ocasião do Ciclo de Debates Política Urbana, Planejamento e Democracia, realizado entre maio e junho de 1981[12], segundo o autor, em sua fala o ex-chefe do executivo municipal aponta as diretrizes de sua segunda administração, estas fundamentadas na racionalização da gestão municipal, defendendo que sua atuação deu-se de maneira técnica e despolitizada na análise para o enfrentamento dos problemas urbanos, visando à eficiência na formulação e execução das políticas públicas, cuja implementação seria atribuída a grupos qualificados e tecnicamente especializados. (Domingues, 2004, pp.101, 202). O autor destaca a seguinte citação:

> Porque eu sempre dizia: uma cidade requer um gerente, um prefeito. O prefeito não é apenas um técnico, não é apenas um político: tem que ser as duas coisas e, mais, um gerente, um administrador, um homem que pesquise, um homem que tenha a vivência do próprio parlamentar, de um político, que conheça as dificuldades das áreas mais carentes, que esteja ao nível de empreender o desenvolvimento da cidade com o apoio da sociedade mais qualificada e mais poderosa. (Lucena apud Nascimento, 2004, p.102)[13].

Se a atenção de Nascimento (2004) se deslocou para a construção narrativa de um gestor tecnocrata e despolitizado por parte do prefeito Augusto Lucena, aqui chamamos atenção para o destaque que o ex-gestor traz para aquilo que podemos nomear de uma habilidade política "que o permita que conheça as dificuldades das áreas mais carentes". Mesmo na retórica discursiva de uma governabilidade técnica, é conveniente trazer para todo este tecnicismo a preocupação com as classes populares, com os menos favorecidos. É importante notar que onde está a ocorrer a fala do ex-prefeito (que à época exercia o cargo de deputado federal), não se

[12] Este Seminário foi promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Pernambuco e Clube de Engenharia de Pernambuco, que reuniu ex-prefeitos do Recife e de outras cidades de sua região metropolitana e diversos debatedores. (Nascimento, 2004, p.101). (parte da nota de rodapé 105)

[13] A fala de Augusto Lucena está em: IAB-PE e CEP. Ciclo de Debates: Política Urbana, Planejamento e Democracia. Recife: IAB-PE/CEP, 1982, p.31. Conforme informa o professor Luis Manoel do Nascimento em sua tese de doutorado, p.101. (parte da nota de rodapé 105)

trata de um espaço que seja propriamente um palanque político, que se dirigia às massas, tratava-se de uma fala para os seus pares, dentro de um espaço notadamente elitizado. Se por um lado dentro desse ambiente e fora da governabilidade municipal podemos encontrar a permanência discursiva paternalista. De certa forma, é concebível afirmar que se há um processo de naturalização desse discurso, que em um momento anterior fora usado como arma política de legitimação, fabricada pelo Estado de Exceção e replicado nos meios de comunicação hegemônicos.

Imagem 3- recorte do Jornal Diário da Manhã do dia 11/11/1968- divulgação de obras realizadas pela Administração Municipal.

PAVIMENTAÇÃO TAMBEM NAS AREAS HUMILDES — Visando beneficiar a todos, a Administração Municipal atendeu de forma ampla e indiscriminada as reivindicações do povo, levando a logradouros humildes, moderna pavimentação asfáltica, como é o caso da Estrada da Nova Descoberta, que liga Casa Amarela a Beberibe

Fonte: Jornal do Diário da Manhã **Edição 1111**- 11 de novembro de 1968. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093262_05&pasta=ano%20196&pesq=%2211%20de%20novembro%20de%201968%22&pagfis=1838

Na matéria acima do Jornal o Diário da Manhã, trata-se de um resumo estatístico das principais obras da administração municipal de junho de 1964 a junho de 1968 sob a gestão do prefeito Augusto Lucena. No enxerto destacado lê-se a seguinte informação na matéria acima:

> Pavimentação também nas áreas humildes. - Visando beneficiar a todos, a Administração Municipal atendeu de forma ampla e indiscriminada as reivindicações do povo, levando a logradouros humildes, moderna pavimentação asfáltica, como é o caso da Estrada da Nova Descoberta, que liga Casa Amarela a Beberibe.

Em primeiro momento, chama-nos a atenção o trecho do documento que afirma que a administração por meio das obras veio a atender as reivindicações do “povo”. Mas, afinal, quem

seria esse povo? quais sujeitos reivindicaram por essas melhorias? É válido também de destaque a maneira que é informada as obras feitas nas áreas humildes com o uso do advérbio "também". Este sútil detalhe que poderia passar percebidos ou talvez soar apenas como um acaso ou mera escolha da sintaxe do texto para a melhor ornamentação estética e gramatical da notícia, pode nos falar muito há uma carga política explícita no enunciado, uma forma do Estado ditatorial dizer que seus olhos também estão voltados para as classes populares, mais do que isso, mostrar um contraponto aos investimentos nas áreas centrais cidades e mais abastadas economicamente.

O Estado ditatorial brasileiro precisa de mecanismos que não só a violência direta, mas outras formas de angariar simpatia popular. Um dos caminhos encontrados foi a propaganda voltada para o desenvolvimento econômico.

> A força não bastava, contudo, para garantir a estabilidade da dominação. Seria preciso encontrar algum mecanismo de aceitação pacífica da ordem estabelecida. A partir de 1969, ficou clara a busca de legitimidade na retomada a todo vapor do desenvolvimento econômico, que vinha em alta desde 1967, concomitante à repressão contra os opositores e às medidas de reorganização da sociedade. Difundia-se a ideia de que só com os governos militares fora possível retomar o progresso nacional com manutenção da ordem pública. A legitimação do regime passou a ancorar-se em seu êxito modernizador, que envolvia ainda medidas de assistência social (Ridenti, 2004, p.22).

Um outro evento marcante é a construção do viaduto nomeado Presidente Médici sob as imediações da Av.Norte por cima da Avenida Agamenon Magalhães sob a gestão do prefeito Augusto Lucena, cujo a inauguração contou com a presença de 20 mil pessoas presentes na inauguração, que a grosso modo, não seriam beneficiadas por essa obra, vista que a maioria não possuía automóvel. "No entanto, foi o aspecto de que a obra era para o povo, entidade genérica que serve como ser a qualquer discurso que não se volta para os sujeitos específicos e sim para as massas de indivíduos homogeneizados portadoras de aspectos vagos e gerais" [...] (Nascimento, 2004, p.178). Neste mesmo sentido, notamos a notícia publicada no Diário de Pernambuco na edição do dia 18 de abril de 1974.

> **ESTRADA DO BREJO SERÁ ASFALTADA**
>
> A Estrada do Brejo, ligando Nova Descoberta a Beberibe, numa extensão de 1.400m por 7m de largura, vai ser pavimentada pela Municipalidade. A concorrência pública para a execução da obra será realizada no dia 26, às 16 horas, conforme determinou ontem o prefeito Augusto Lucena na, no seu despacho com o secretário de Viação e Obras, engenheiro Antônio Alves Amorim.
>
> A cobertura asfáltica será feita em concreto usinado. Serão implantados 1.330m de galerias para escoamento de águas pluviais: 76 m em tubos de 1.20m; 76 em tubos de 1m, 652m em 0.60m e 536m em 040m de diâmetro, conforme prevê o projeto

UTILIDADE

A Estrada do Brejo atual. mente serve apenas como via de circulação interna do orr. ro de Nova Descoberta, mas após pavimentada vai exercer Importante função viária dentro do complexo de tráfego da Zona Norte da cidade A sua pavimentação permitirá o tráfego direto de veículos entre Casa Amarela Beberibe Águas Compridas, Caixa D'água Aguazinha, Linha do Tiro, Cajueiro. Fundão, Água Fria, Peixinhos e Campo Grande, sem que os veículos precisem passar pelo centro da Encruzilhada.

Desse modo, quem quiser ir de Olinda até Casa Amarela poderá, dentro de poucos dias, fazê-lo num percurso direto, sem enfrentar qualquer problema de tráfego utilizando a Av. Presidente Kennedy desde o complexo viário de Salgadinho até Beberibe e de lá, àquele subúrbio com economia de vários quilômetros.

Diário de Pernambuco. Edição 00103- 18 de abril de 1974 https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=55204

Do mesmo modo que a população é prestigiada para acompanhar a inauguração do Viaduto Presidente Médici, embora a esmagadora maioria não dispusesse de veículos automotivos, o processo de pavimentação da Estrada do Brejo, ao destacar como utilidade o tráfego de veículos a obra não terá efeito prático sobre o cotidiano dos habitantes dessa localidade. O regime autoritário buscou e, em certa medida, logrou êxito na construção de narrativas que legitimaram suas ações, interligando suas obras e feitos aos "anseios do povo". Era necessário mostrar que se está do lado povo, que serve, ademais, como plano de obtenção de apoio político, como será no caso das eleições municipais e estaduais. Conforme enxerto:

> O governador Eraldo Gueiros apelou para que os recifenses continuem dando total apoio ao prefeito Augusto Lucena, "ele que trabalha incansavelmente pelo Recife "e pediu para que o povo julgue no dia 15 de novembro, durante o pleito municipal, os candidatos inscritos e votem nos que prestam serviços à cidade e estão na legenda arenista (Diário de Pernambuco, 06/11/1972, p. 5, 1º Caderno. In Nascimento, 2004, p.178).

Essa sedução discursiva rompia os limites da retórica econômica, abarcando temáticas sociais e morais. Em uma parte do quinto capítulo de sua tese de doutorado, o professor Humberto Miranda (2014) traz os discurso acerca da FEBEM sobre os menores infratores, o discurso contra Febem de José do Patrocínio pelo Jornal do Comércio (p 258,259), os menores infratores são visto como delinquentes e perturbadores do "povo", causando insegurança e medo, por meio dos furtos e os assaltos. Interessante notar como é mobilizada essa ideia de povo, havendo, claro, uma divisão entre quem seria esse povo versus o marginal (delinquente), discursivamente atrativo a uma parcela das classes populares que se veem expostas à violência a esses perigos. Em outras palavras, é uma aproximação com cotidiano dessa população,

capilarizando suas “revoltas” onde o oprimido, pela violência do cotidiano é apropriado e se apropria do discurso do opressor.

> A imagem do —trombadinha, do —pivete e do —menor de rua foi historicamente construída por setores da sociedade que entendiam essas crianças e esses adolescentes como lesivos e ameaçadores, exigindo dos poderes públicos uma ação de controle sobre o cotidiano desses meninos e dessas meninas e suas famílias (Miranda, 2014, p 265-266).

Este fenômeno, ademais, podemos afirmar que, em certa medida, encontra-se presente em nosso dia-a-dia, é notável as continuidades dessa construção narrativa, o que já abordamos no início deste artigo ao citarmos o sociólogo Jessé de Souza e a cooptação da extrema-direita de parte da classe trabalhadora a partir do discurso antissistema que consegue alinhar as revoltas e os anseios das populares aos interesses do grande capital.

> A batalha contra os direitos humanos, encampada por radialistas ligados ao mundo policial entre os anos 1970 e 1980, alimentou-se dos valores da extrema-direita, acuada em todas as outras frentes políticas. Ao criticar os direitos, voluntária ou involuntariamente, legitima-se o extermínio dos marginais, desde que pobres. Por desinformação, preconceito ou desespero do cidadão comum, a cultura antidireitos humanos conseguiu apoio entre as classes médias baixas das periferias e entre pequenos comerciantes, os setores mais expostos às ações do crime (Napolitano, 2014, p.237).

A mobilização, aliás, desses sujeitos que estão dentro do tecido de sócio-vulnerabilidade é uma estratégia de atuação autoritária nesses espaços. Daí, destacamos a atuação dos Homens de Coletes (agentes ou comissários de menores) - a partir da entrevista do senhor Miguel. Segundo Miranda (2014, p.253) “é importante lembrar que a atuação dos comissários não se restringia ao espaço comercial da cidade, eles também atuavam nos bairros periféricos da cidade, fiscalizando o cotidiano das crianças e dos adolescentes pobres e de suas famílias”. O autor traz uma discussão sobre o controle do cotidiano desses menores. Aqui nos interessa em específico a atuação dessas figuras nos bairros periféricos, para além do centro da cidade e na proteção dos centros comerciais, seus transeuntes e comerciantes, tal atuação, a propósito, pode nos dar pista e abre possibilidades para enxergamos uma outra nuance de atuação do Estado de exceção nas periferias do Recife.

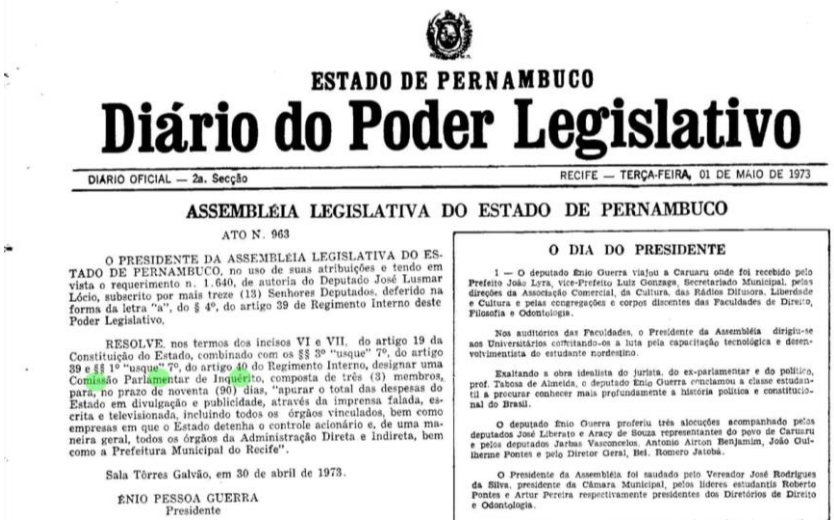
> Na busca desse fortalecimento, o Estado autoritário passou a construir campanhas contra os —inimigos externos e —inimigos internos, criando na sociedade —um clima de suspeita, medo e divisão que permitiu ao regime levar a cabo campanhas repressivas, envolvendo, inclusive, o cotidiano das pessoas comuns (Miranda, 2014, p.265).

A propaganda será elemento fundamental da ação do governo militar em seus diversos níveis e intencionalidade política. A imprensa terá um papel muito importante. Segundo Motta (2021) “A propósito, levar em conta o papel da imprensa é indispensável quando a pauta é o debate público e a opinião política dos cidadãos" (p.116-117). A construção de uma imagem, a propaganda será o carro chefe do regime ditatorial e tornou-se a via de comunicação, embora horizontalizada, com a população, que cumpria um papel importante para legitimação do Estado de exceção. Como observamos nas matérias acima, havia uma clara necessidade de autoafirmação do Estado autoritário, embora em um cotidiano marcado por difíceis condições de vida nessas regiões mais distanciadas do centro, havia no Estado e todo seu aparato técnico para oferecer melhores condições de vida a essas populações, ou conforme o termo mais genérico: o povo.

> Para não depender apenas da força para manter seu poder, as ditaduras investem em diferentes estratégias para atrair o apoio popular, o que obviamente envolve um grande esforço de propaganda. A ditadura brasileira não foi diferente, inclusive porque os militares davam grande importância ao que chamavam de ações psicológicas, que consistiam em estratégias para influenciar a opinião pública. A ditadura despendeu recursos elevados em publicidade e chegou a possuir órgãos especializados para moldar a opinião pública, como a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp, 1968-74) e a Assessoria de Relações Públicas (ARP, 1976-9). Ademais, o regime militar criou o Ministério das Comunicações, órgão estratégico por controlar a concessão do direito de explorar estações de rádio e televisão, além de gerir a distribuição de verbas publicitárias para a imprensa, meios importantes para conquistar a boa vontade da mídia empresarial (Motta, 2021, pp.116,117).

No Recife, se tornará tão evidente o papel da propaganda política que no ano de 1973 haverá abertura de uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) por meio do ato nº 963, do dia 30 de abril de 1973, publicado no Diário Legislativo do Estado no dia 01 de maio, para investigar os gastos com propaganda do Governo do Estado, assim como da Prefeitura Municipal do Recife (sob a segunda gestão de Augusto Lucena). As inúmeras matérias de elogio ao governo, suas ações e obras eram estimuladas através de repasses financeiros a esses veículos de imprensa, conforme documentos abaixo.

Imagem 3- Diário Legislativo do Estado de Pernambuco- dia 01/05/1973



ESTADO DE PERNAMBUCO

Diário do Poder Legislativo

DIÁRIO OFICIAL — 2a. Secção — RECIFE — TERÇA-FEIRA, 01 DE MAIO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ATO N. 963

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o requerimento n. 1.640, de autoria do Deputado José Lusmar Lócio, subscrito por mais treze (13) Senhores Deputados, deferido na forma da letra "a", do § 4º, do artigo 39 de Regimento Interno deste Poder Legislativo,

RESOLVE, nos termos dos incisos VI e VII, do artigo 19 da Constituição do Estado, combinado com os §§ 3º "usque" 7º, do artigo 39 e §§ 1º "usque" 7º, do artigo 40 do Regimento Interno, designar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de três (3) membros, para, no prazo de noventa (90) dias, "apurar o total das despesas do Estado em divulgação e publicidade, através da imprensa falada, escrita e televisionada, incluindo todos os órgãos vinculados, bem como empresas em que o Estado detenha o controle acionário e, de uma maneira geral, todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como a Prefeitura Municipal do Recife".

Sala Tôrres Galvão, em 30 de abril de 1973.

ÊNIO PESSOA GUERRA
Presidente

O DIA DO PRESIDENTE

1 — O deputado Ênio Guerra viajou a Caruaru onde foi recebido pelo Prefeito João Lyra, vice-Prefeito Luiz Gonzaga, Secretariado Municipal, pelas direções da Associação Comercial, da Cultura, das Rádios Difusora, Liberdade e Cultura e pelas congregações e corpot discentes das Faculdades de Direito, Filosofia e Odontologia.

Nos auditórios das Faculdades, o Presidente da Assembléia dirigiu-se aos Universitários conclitando-os a luta pela capacitação tecnológica e desenvolvimentista do estudante nordestino.

Exaltando a obra idealista do jurista, do ex-parlamentar e do político, prof. Tabosa de Almeida, o deputado Ênio Guerra conclamou a classe estudantil a procurar conhecer mais profundamente a história política e constitucional do Brasil.

O deputado Ênio Guerra proferiu três alocuções acompanhado pelos deputados José Liberato e Aracy de Souza representantes do povo de Caruaru e pelos deputados Jarbas Vasconcelos, Antonio Airton Benjamim, João Guilherme Pontes e pelo Diretor Geral, Bel. Romero Jatobá.

O Presidente da Assembléia foi saudado pelo Vereador José Rodrigues da Silva, presidente da Câmara Municipal, pelos líderes estudantis Roberto Pontes e Artur Pereira respectivamente presidentes dos Diretórios de Direito e Odontologia.

Ato nº 933

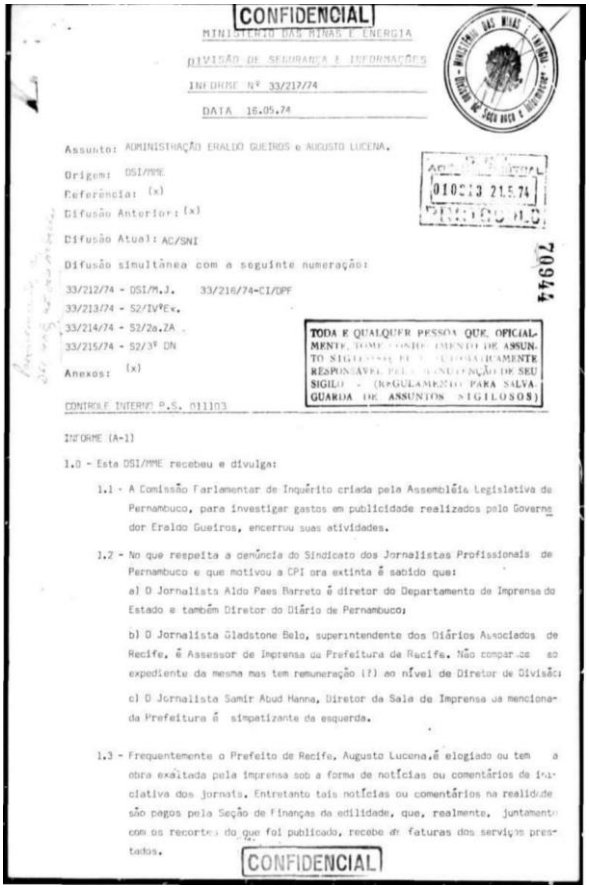
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o requerimento nº 1.640, de autoria do Deputado José Lusmar Lócio, subscrito por mais treze (13) Senhores Deputados, deferido na forma da letra "a', do § 4], do artigo 39 do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

RESOLVE, nos termos do inciso VI e VII, do artigo 19 da Constituição do Estado, combinado com os §§ 3º "usque" 7º, do artigo 39 e §§ 1º "usque" 7º, do artigo 40 do Regimento Interno, designar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 3 (três) membros, para, no prazo de noventa (90) dias, "apurar o total das despesas do Estado em divulgação e publicidade, através da imprensa falada, escrita e televisionada, incluindo todos os órgãos vinculados, bem como empresas em que o Estado detenha o controle acionário e, de uma maneira geral, todos os órgão da Administração Direta e Indireta, bem como a Prefeitura Municipal do Recife".

Sala Torres Galvão, em 30 de abril de 1973
Ênio Pessoa Guerra
Presidente

Fonte: Estado de Pernambuco. Diário do Poder Legislativo. 01 de maio de 1973. Diário oficial- 2ª seção.http://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197305&pesq=Comiss%C3%A3o%20Parlamentar%20de%20Inqu%C3%A9rito&pagfis=21

Imagem 4- documento do Departamento de Segurança e Informação (DSI)



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORME Nº 33/217/74

DATA 16.05.74

Assunto: ADMINISTRAÇÃO ERALDO GUEIROS e AUGUSTO LUCENA.

Origem: DSI/MME

Referência: (x)

Difusão Anterior: (x)

Difusão Atual: AC/SNI

Difusão simultânea com a seguinte numeração:

33/212/74 - DSI/M.J. 33/216/74-CI/DPF

33/213/74 - S2/IV^{a}Ex.

33/214/74 - S2/2a.ZA

33/215/74 - S2/3^{a} DN

Anexos: (x)

TODA E QUALQUER PESSOA QUE, OFICIALMENTE, TOME CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO, FICA EXCLUSIVAMENTE RESPONSÁVEL PELA CONSERVAÇÃO DE SEU SIGILO - (REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS)

CONTROLE INTERNO D.S. 011103

INFORME (A-1)

1.0 - Esta DSI/MME recebeu e divulga:

1.1 - A Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Assembléia Legislativa de Pernambuco, para investigar gastos em publicidade realizados pelo Governador Eraldo Gueiros, encerrou suas atividades.

1.2 - No que respeita a denúncia do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco e que motivou a CPI ora extinta é sabido que:

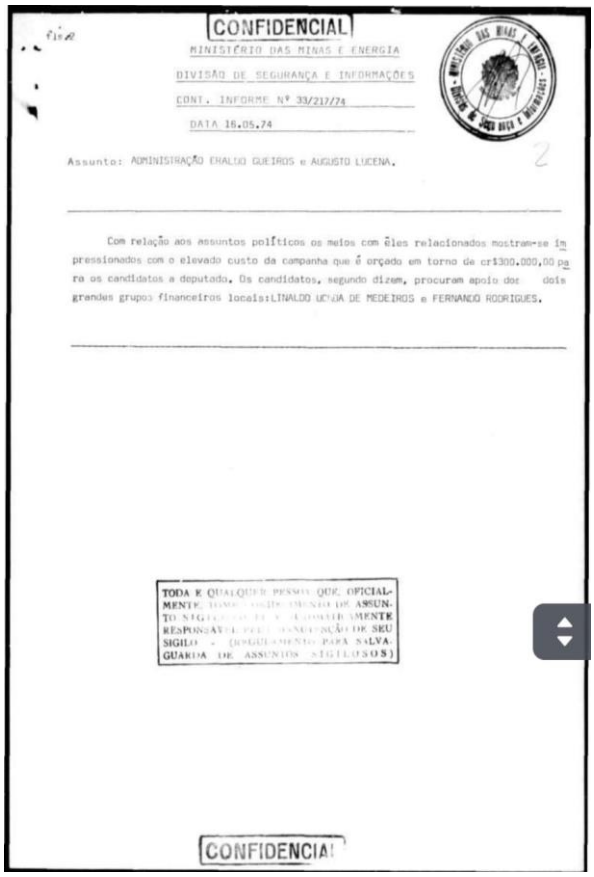
a) O Jornalista Aldo Paes Barreto é diretor do Departamento de Imprensa do Estado e também Diretor do Diário de Pernambuco;

b) O Jornalista Gladstone Belo, superintendente dos Diários Associados de Recife, é Assessor de Imprensa da Prefeitura da Recife. Não comparece ao expediente da mesma mas tem remuneração (f) ao nível de Diretor de Divisão;

c) O Jornalista Samir Abud Hanna, Diretor da Sala de Imprensa da mencionada Prefeitura é simpatizante da esquerda.

1.3 - Frequentemente o Prefeito de Recife, Augusto Lucena, é elogiado ou tem a obra exaltada pela imprensa sob a forma de notícias ou comentários de iniciativa dos jornais. Entretanto tais notícias ou comentários na realidade são pagos pela Seção de Finanças da edilidade, que, realmente, juntamente com os recortes do que foi publicado, recebe as faturas dos serviços prestados.

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

CONT. INFORME Nº 33/217/74

DATA 16.05.74

Assunto: ADMINISTRAÇÃO ERALDO GUEIROS e AUGUSTO LUCENA.

2

Com relação aos assuntos políticos os meios com êles relacionados mostram-se impressionados com o elevado custo da campanha que é orçado em torno de cr$300.000,00 para os candidatos a deputado. Os candidatos, segundo dizem, procuram apoio dos dois grandes grupos financeiros locais:LINALDO UCHÔA DE MEDEIROS e FERNANDO RODRIGUES.

TODA E QUALQUER PESSOA QUE, OFICIALMENTE, TOME CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO, FICA EXCLUSIVAMENTE RESPONSÁVEL PELA CONSERVAÇÃO DE SEU SIGILO - (REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS)

CONFIDENCIAL

Fonte:https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/administracao-de-eraldo-gueiros-e-augusto-lucena

Atentemo-nos, pois, ao seguinte trechos do documento, no ítem 1.3 é afirmado:

> Frequentemente o prefeito do Recife, Augusto Lucena, é elogiado ou tem obra exaltada pela imprensa sob forma de notícias ou comentários de iniciativas dos jornais. Entretanto, tais notícias ou comentários, na realidade, são pagos pela Seção de Finanças da edilidade, que, realmente, justamente com os recortes do que foi publicado, recebe as faturas dos serviços prestados.

A documentação acima joga luz á vários aspectos do período ditatorial brasileiro, possibilitando compreender certas nuances. Ao comentar o trabalho de Maria Aparecida de Aquino, sobre os efeitos da censura sobre o Jornal o Estado de São Paulo, que em primeiro momento, apoiadores do golpe, Tânia Regina de Luca (2008) afirma:

> Se há exemplos de resistência tenaz, como a pungente imprensa alternativa das décadas de 1960 a 1980, outros veículos de comunicação, no mesmo período, aceitaram a autocensura e resvalaram no colaboracionismo -não se pode subestimar a força persuasiva dos empréstimos, verbas publicitárias e outros favores estatais.

Em primeiro momento, faz-se necessário compreender os mecanismos de colaboração entre Estado e mídia burguesa, que dispunha de lugar privilegiado no processo de formação da opinião pública. Se não podemos afirmar até que ponto as convicções ideológicas influenciaram no processo de colaboração da imprensa com o Estado Ditatorial, o documento não deixa dúvida sobre os interesses econômicos por trás da propaganda, assim como a presença insidiosa desses profissionais na ossatura do Estado, conforme podemos ler no ítem 1.2, a e b.

Ademais, os documentos dos jornais analisados nos permitem uma visão emblemática de como o Estado de exceção procurou apresentar-se nas áreas mais pobres. Como podemos observar, havia uma necessidade de publicizar as obras feitas ou mesmo as promessas de construção, onde os periódicos eram canais privilegiados para divulgação. Retornamos mais uma vez a Tânia Regina de Luca (2008, p.140) e suas considerações sobre a necessidade de reflexão sobre o porquê tais coisas são publicizadas, pergunta importantíssima quando trabalha-se com periódicos, revistas e afins. Note-se que, o Regime Ditatorial brasileiro procurou usar de mecanismos diversos para a conquista de legitimidade e carisma popular, a promoção da autoimagem era necessário para se reafirmar enquanto um Estado/governo que não está apenas preocupado com a classe mais abastada da cidade, sua preocupação se estende também às condições de vida das pessoas mais humildes.

Assim, interrogamo-nos até onde tais ações de promoção da autoimagem pela ditadura na periferia são fruto também das barganhas dos sujeitos que ocupam esse espaço. Visto os corpus documentais analisados, cremos haver certas interdições para respondermos com certeza tal questionamento, no entanto, ainda assim, arriscamos afirmar que tal leitura é factível. É evidente que a chegada ao poder dos militares com o golpe de 1964, como já observamos,

marcou um processo de fechamento do canal de comunicação entre os sujeitos e o Estado, permeado por uma verticalização das relações. Porém, pensamos ser equivocado pensarmos nessas relações de maneira monolítica. Para Marx (2011), os homens fazem a sua própria história não por sua livre vontade, mas a partir das circunstâncias possíveis de fazê-la. “A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (Marx, 2011, p.20). Podemos ir além, para além de uma tradição de um passado, que no caso da periferia leve-se em conta a permanência do Estado de exceção e a violência contra esses sujeitos enquanto regra, a condições do presente, a conjuntura política e demais variáveis são de fundamental relevância para compreendermos as barganhas, as resistências e como isso se deu e foi possível diante dos desafios enfrentados pelas peculiaridades de seu tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer deste trabalho abordamos como se manifestou o Estado de exceção dentro da Periferia da Zona Norte do Recife, com ênfase na Comunidade Nova Descoberta. Tal processo, como podemos perceber, se deu a partir de diversos mecanismos da violência, mas também na fabricação de consensos e narrativas que legitimam a ação ditatorial e lograram se aproximar das camadas populares por meio de políticas clientelistas/assistencialistas.

No Recife, mais especificamente nas comunidades da Zona Norte, foi entre os anos 1940 e 1950 que houve um processo de ascensão das mobilizações populares por meio das associações de bairro. O golpe de 1964 significou o desmonte dessa estrutura participativa, mas nos limites do possível, dado o cenário político, os sujeitos ditos periféricos tentaram se articular e barganhar por melhores condições de vida. Embora o arrocho salarial, a subalternização e diversas outras mazelas impostas a essa população, o regime autoritário tentou construir uma imagem positiva de si, usando como artífice as obras e melhorias nas zonas mais pobres da cidade, mas que escondem um processo de luta ativa e as mais diversas humilhações de moradores e/ou líderes comunitários para alcançarem tais conquistas (Nascimento, 2004, pp.31-32).

Evidencia-se ainda como de fundamental importância pensarmos nos silêncios historiográficos que se impõe a determinados espaços e corpos. A inserção de novos sujeitos outrora marginalizados, excluídos e silenciados na História é de fundamental importância, conforme nos trouxe Pedretti (2024), insurgente por ocasião do sexagenário do golpe de 64. Acatamos ainda o que D'Andrea (2020,p.34) define como epistemología periférica, que segundo o autor, se faz levando em conta subjetividade periférica do cientista, e esta subjetividade se constrói por intermédio das experiências das relações sociais historicamente objetivadas. A articulação desses conceitos além de ampliar a dimensão da atuação do Estado nas regiões periféricas, lançando o olhar sobre este sujeitos e suas peculiaridades, ajudando-nos a descristalizar o que Lucas Pedretti denominou gramática da violência política, entendendo o Estado exceção nas periferias como regra (Neves de Andrade, 2023).

Percebemos, ademais, que nenhum regime, por mais violento que seja, consegue se legitimar unicamente pela força, diversos meios de persuasão e consentimentos se fazem necessários, assim como os mais variados mecanismos de controle dos meios políticos pelo Estado autoritário. A Ditadura cívico-militar brasileira usou de variados artifícios para manter

sua legitimidade, durabilidade e governabilidade, nesta monografia, notamos como elemento fundamental o uso da propaganda em periódicos como maneira de construção da autoimagem. Esta construção, ademais, para além de uma elite política letrada, ia de encontro às classes populares através das políticas clientelistas/assistencialistas. Mais do que ações concretas para melhorias nestas regiões, é necessário a publicização dos seus feitos, ou mesmo suas promessas e intenções. Nesse ínterim da democracia brasileira, o viés economicista e tecnocrático permeia a racionalidade do Estado, neste sentido, haverá um conjunto de obras no Recife, inclusive nas regiões periféricas, sendo essas a concentração das investigações deste trabalho. Em última instância, essas obras também denotam a mentalidade capitalista do Estado que, neste prisma, manifesta-se através das licitações e concorrência para as construções dar-se através das empresas de capital privado, cujo as obras tornam-se um excelente negócio.

Em suma, podemos afirmar que esse boom de obras buscava capilarizar e transformar o interesse privado em anseio popular, com forte uso da propaganda pelo Estado, por intermédio da publicização nos veículos de comunicação. Obras essas, aliás, que muitas vezes não haverá impacto direto na vida dessas populações, como o professor Luiz Manoel Nascimento exemplifica, conforme abordamos acima, a qual destacamos, por exemplo, a construção do Viaduto Presidente Médici. No entanto, fazia-se necessário a criação de toda uma narrativa de convencimento da importância desses serviços. Mesmo nessa relação verticalizada de poder, seria equivocado afirmar que os sujeitos periféricos ficaram passivos diante disso, mesmo em situações adversas, uma conjuntura política desfavorável, esvaziamento da via democrática de participação e o desmantelo das associações de bairro como lugar reivindicação, não se pode negar que, em certa medida, essas pessoas seguiam na reivindicação por melhores condições de vida, dentro da margem do possível. Por outro lado, se era tão necessário a publicização dos feitos da Ditadura nas regiões subalternizadas, e não apenas jogá-los à própria sorte por si, mas dar a falsa sensação que o Estado se importava com a população mais carente e que estava ali com e para eles, é factível pensarmos que algum peso ou relevância, por mínima que seja, este indivíduos possuíam dentro do cálculo político das autoridades à frente do regime de exceção.

A princípio não se torna clarividente a atuação do Estado de exceção sobre esses espaços, de maneira que pode passar (e passou) inviabilizado para alguns dos sujeitos que vivenciaram o fenômeno mas não o compreenderam enquanto tal. Isso, evidentemente, ocorre pelos mais diversos fatores, seja a agitação da vida cotidiana e a intencional propaganda através da aliança entre o Estado e os meios de comunicação hegemônico que, aliás, pode também explicar-nos, ao menos em parte, a leitura positivada da experiência ditatorial por alguns desses

sujeitos. Ou mesmo a naturalização da violência, como já explorado no final do capítulo 2, subitem 2.2 desta monografia e a discussão sobre o Estado de Exceção como regra nas regiões periféricas do Brasil. O importante é compreendermos que a Ditadura teve presença garantida nesses espaços, com modos difusos de atuação, como pudemos ver.

Em tempos de pulverização da democracia, em um processo contínuo de ataque às instituições democráticas brasileiras disfarçada de rebeldia "popular" ou de anseios "anticorrupção". Não podemos esquecer que os atores políticos que fomentam esses constantes ataques à democracia brasileira fazem uso político do passado como forma de legitimação de suas pautas no presente, e o passado mobilizado por esses indivíduos é a Ditadura Cívico-Militar (1964-1985), a partir da construção de uma imagem positivada e saudosista desse passado, por meio da falsificação histórica e do negacionismo, não sendo incomum a reprodução desse discurso em determinadas parcelas das classes populares. Torna-se imperativo, portanto, jogarmos luz a um tema ainda tão pouco explorado pela historiografia da Ditadura Cívico-militar brasileira, a saber: atuação do Estado ditatorial sobre as regiões mais pobres e periféricas. Compreender e problematizar as complexas dinâmicas e várias facetas de atuação do regime ditatorial nas variadas camadas, espaços e realidades do Brasil é indispensável para a preservação da nossa democracia, no presente, contribuindo, assim, para o debate público sobre as violências perpetradas pelo Estado de exceção, suas heranças e continuidades e rejeitando, assim, os intentos de guinada autoritária, bradada ferozmente aos quatro ventos pela extrema-direita brasileira.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In **A ditadura que mudou o Brasi**l: 50 anos do golpe de 1964. Org. Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta, Editora Zahar, 2004

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas Volume I. Título original: Auswahl in Drei Baenden.. Copyright © da tradução: Editora Brasiliense S.A., 1987.

BERNARDES, Denis, 1947-2012. **Recife, o caranguejo e o viaduto** / Denis Bernardes. – 2. ed. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013.194 p. : il. – (Coleção Nordestina). ISBN 978-85-415-0261-0

BEZERRA, Ricardo José Lima. Verbete Diário de Pernambuco In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2009. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco

BLOCH, Marc- Título original: Apologie pour l'histoire, ou Métier d'historien Tradução autorizada da edição francesa publicada em 1997 por Armand Colin, de Paris, França Copyright © 1993,1997, Armand Colin Copyright da edição brasileira © 2002: Jorge Zahar Editor Ltda. Rua México 31 sobreloja 20031-144- Rio de Janeiro.

BRASIL, Eric & NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol 33, nº 69, p. 196-219, Janeiro-Abril 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011

BRUM, Mario Sergio. Ditadura civil-militar e favelas:estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973) **Cad. Metrop**, São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 357-379, jul/dez 2012

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e resistência dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988)**/ Geane Bezerra Cavalcanti.- Dissertação (mestrado)- Universidade Federal Rural de Pernambuco., Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Recife, PE, 2017.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo. V39n01/ 19-36/ jan.–abr. 2020 http://dx.doi.org / 10.25091/ S01013300202000010005

DE ABREU JÚNIOR. João Batista. Verbete Diário da Manhã. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2009. Disponível em:. https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-da-manha.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. **Fontes históricas** / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2.ed., Ia reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008. Vários autores. ISBN 978-85-7244-297-8

Diário de Pernambuco. **Edição 00103**- 18 de abril de 1974 https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=55204

Diário de Pernambuco. **Edição 00084**. 13 de abril de 1965. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=35448

FILHO, José Adilson. Um Olhar Sobre o Brasil Profundo: Que História se Conta da Ditadura Militar nas Pequenas Cidades Brasileiras. In. **Ecos da Ditadura Militar no Brasil Profundo** /Organizador: José Adilson Filho. – João Pessoa: Editora do CCTA, 2025. DOI 10.5281/zenodo.1541882 ISBN 978-65-5621-534-1.

FREIRE, Eliane Oliveira de Lima. Uma História Social do Movimento de Resistência à Ditadura Militar de Casa Amarela - Recife - PE 1964-1985. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005. Disponível em: https://www.engteg2022.anpuh.org/resources/anais/10/engteg2022/1675149666_ARQUIVO_26e6d081619cd7917aa400e38276be90.pdf.

FREITAS, Pollyana Calado. Casa Amarela: reduto de luta, resistência e subversão. **Revista Coletiva**, Recife, n. 35, ago.set.out.nov.dez. 2024. Disponível em: https://www.coletiva.org/pollyana-calado ISSN 2179-1287.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (FUNDAJ). **Augusto Lucena**- escrito por Virginia Barbosa- Bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: https://web.archive.org/web/20070930042621/http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=285&textCode=7987&date=currentDate

G1- Globo.com: **Censo do IBGE: conheça os bairros mais populosos e com menos habitantes do Recife-** https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2024/11/14/censo-do-ibge-conheca-os-bairros-mais-populosos-e-com-menos-habitantes-do-recife.ghtml

GINZBURG, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG,C. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa**,** Editora Difel, 1991, p. 169 -178.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=populacao&recorte=bairros&localidade=2611606

Jornal Diário da Manhã**. Edição 0310.** 10 de março de 1969 https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093262_05&pasta=ano%20196&pesq=%2211%20de%20novembro%20de%201968%22&pagfis=1976

Jornal Diário da Manhã**. Edição 1111**- 11 de novembro de 1968. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093262_05&pasta=ano%20196&pesq=%2211%20de%20novembro%20de%201968%22&pagfis=1838

Jornal Diário da Manhã. **Edição 0404**. 04 de abril de 1966https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093262_05&pasta=ano%20196&pesq=%2211%20de%20novembro%20de%201968%22&pagfis=630

MACHADO RODRIGUES**,** Theófilo & BELLATO, Caíque. A Crise da Democracia Liberal no Início do Século XXI: Duas Abordagens da Teoria Política. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 253–279, 2022. DOI: 10.31990/agenda.2021.1.9. Disponível em: https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/592. Acesso em: Acesso em 31 jun 2025

MARINHO, Caroliny dos Santos. **Grupo Mulher Maravilha**: a força das mulheres de Nova Descoberta/Recife em tempos de redemocratização (1975-1988)/ Caroliny dos Santos Marinho. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

MARINHO, Caroliny dos Santos. Memória e Resistência Feminina em Recife: O Grupo Mulher Maravilha de Nova Descoberta. **V Encontro Nacional do GT Estudos de Gênero da Anpuh**- Brasil. Montes Claros, MG, 2022

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011

MAYNARD, D. C. S. Passado Eletrônico: notas sobre história digital. Acervo, *[S. l.]*, v. 29, n. 2, p. 103–116, 2016. DOI: 10.64729/an.acervo.v29i2.726. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/726. Acesso em: 6 dez. 2025.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Centro de memória dos moradores do bairro de Casa Amarela. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 14., 1987, Brasília. Elenco do XIV Simpósio Nacional de História. Cultura e sociedade. Brasília: ANPUH, 1987, p. 25. Resumo.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados e Presentes**: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Editora Zahar, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In **A ditadura que mudou o Brasi**l: 50 anos do golpe de 1964. Org. Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta, Editora Zahar, 2004

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro / Marcos Napolitano. – São Paulo : Contexto, 2014. Bibliografia ISBN 978-85-7244-827-7

NEVES DE ANDRADE, Daniel. Democracídio: : estado de exceção nas periferias brasileiras do século XXI. **Revista de Filosofia Instauratio Magna**, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 41–68, 2023. DOI: 10.36942/rfim.v3i1.763. Disponível em: https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/instauratiomagna/article/view/763. Acesso em: 23 nov. 2025.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Os usos abusivos da historiografia profissional pelos negacionismos históricos no Brasil em tempos de crise democrática: o caso do "Guia politicamente incorreto da história do Brasil" . **História da Historiografi**a: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–27, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.2020. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/2020. Acesso em 31 jun 2025

OLIVEIRA, Sonia Maria Soares De et al.. **Saberes, ensino e formação do professor de história em tempos de negacionismo: para onde caminhamos?**. Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69530>. Acesso em 31 jun 2025

PERNAMBUCO. **Diário do Poder Legislativo**. 01 de maio de 1973. Diário oficial- 2ª seçãohttp://acervo.sdoe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197305&pesq=Comiss%C3%A3o%20Parlamentar%20de%20Inqu%C3%A9rito&pagfis=21.

PERNAMBUCO. **Comissão Estadual da Verdade**. https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/administracao-de-eraldo-gueiros-e-augusto-lucena

PEDRETTI, Lucas. Ditadura, memória e violência nos 60 anos do golpe: um balanço historiográfico e uma proposta analítica. In. **Revista Brasileira de História**, Volume: 44, Edição: 97, Publicação: 2024

PINHA, Daniel; RANGEL**,** Marcelo; PEREZ, Rodrigo. Teoria, História Da Historiografia E Ensino De História Em Tempos De Crise Democrática**.** In: **Revista Transversos**. "Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática". Rio de Janeiro, nº. 18, 2020. pp. 6-16. Disponível em: . ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.50. Acesso em 31 jun 2025

RECIFE. **Perfil dos Bairros**. Disponível em: ttps://www2.recife.pe.gov.br/servico/perfil-dos-bairros

RIBERTI, Larissa Jacheta; GUERELLUS, Natália de Santanna; PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. Há 60 anos de 1964: novos sujeitos, lugares e experiências sobre o golpe e a ditadura militar. In. **Revista Brasileira de História**, Volume: 44, Edição: 97, Publicação: 2024.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In **A ditadura que mudou o Brasi**l: 50 anos do golpe de 1964. Org. Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta, Editora Zahar, 2004

SOUZA, Jessé. **O Pobre de Direita**: a vingança dos bastardos / Jessé Souza. - 1. ed. - Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2024. recurso digital. ISBN 978-65-5802-157-5.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO (TRE). **RELATORIO ELEIÇÃO MUBICIPAL DE 18/08/1963**. Disponível em: https://acervo.tre-pe.jus.br/uploads/r/tribunal-regional-eleitoral-de-pernambuco-2/7/0/3/7034689873ed2f9bd25f0a7123a372246c622add339c50765b187a5d3063b85d/c3f5e9d0-2726-4d59-90fc-135aeef41b0b-Relatorio_Final_das_Eleicoes_de_1963-1964-1965-1966.pdf